INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Repensar as políticas sociais para a velhice com dignidade no contexto metropolitano: estudo de caso entre freguesias do concelho de Lisboa

Mariana Roque Serralha Ferreira

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:
Doutora Rosário Mauritti, Professora Associada,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Mestre Sara Franco da Silva, Assistente Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Repensar as políticas sociais para a velhice com dignidade no contexto metropolitano: estudo de caso em freguesias do concelho de Lisboa

Mariana Roque Serralha Ferreira

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:
Doutora Rosário Mauritti, Professora Associada,
Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Mestre Sara Franco da Silva, Assistente Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2024

Para a minha mãe, quem me ensinou a arte do cuidar,
que deixa eterna saudade.

"Caramba, com oitenta e quatro anos
um homem ainda pode ficar deslumbrado e todo incrédulo.
Como se viesse para criança pasmar diante de um gelado"

Valter Hugo Mãe, em *Máquina de Fazer Espanhóis*

Agradecimentos

Quero agradecer a todas as pessoas que, de uma maneira ou de outra, me apoiaram ao longo deste longo e tão desafiante capítulo.

Deixo um especial agradecimento à Professora Rosário Mauritti, minha orientadora, que me recebeu desde o primeiro dia com grande alegria e apoio, dando-me a confiança e a força para continuar.

À Professora Sara Franco Silva por ter aceitado o desafio de coorientar a minha dissertação numa fase mais avançada, mas que demonstrou ser essencial para o enriquecimento do meu conhecimento.

Agradecer à minha família – aos que partiram e aos que por cá ficam.
Ao meu avô Toninho, exemplo de resiliência e do amor pela vida. Aos meus avós, Egídia e António, por serem, desde sempre, um pilar central. À Tia Aida, por ser uma grande inspiração. À minha tia Cila pela presença, mesmo quando longe. Ao meu tio Tó Rui pela curiosidade e por me ter ajudado no exercício de pensar.

Aos meus pais, por tudo.

Às minhas irmãs Catarina e Joana por partilharmos todos os dias e por, unidas, crescermos juntas. Aos meus irmãos Miguel e Maria João por me relembrarem da importância do brincar e do riso.

Ao Ricardo por ser o abraço, a constante, a calma.

A todos os meus amigos. À Maria e ao Joel, em particular, por acreditarem em mim em todos os momentos.

Ao Lao, pela companhia sem igual.

Por fim, agradecer à Pedalar Sem Idade e a todas as pessoas com quem passeio, por me lembrarem da importância da dignidade na velhice. Em especial à Dona Fernanda, pela amizade em tom de histórias e partilha.

Resumo

A dupla problemática do envelhecimento e urbanização das sociedades contemporâneas tem sido, ao longo das últimas décadas, um tema central na agenda política internacional, evidenciando a crescente preocupação com o bem-estar das pessoas mais velhas. Como tal, o desenvolvimento de ambientes ativos, saudáveis e amigos dos mais velhos constitui uma parte elementar das políticas públicas orientadas para a promoção da qualidade de vida dos urbanitas com idades mais avançadas. Na sua operacionalização é fundamental facilitar a criação de campos de oportunidades que possibilitem e estimulem o prolongamento de atividades socialmente significativas entre os mais velhos, no sentido de valorizar e recompensar as capacidades, potencialidades e ambições diferenciadas desta população, atendendo à heterogeneidade que a caracteriza e à mudança célere no que concerne ao modo como estes atores sociais envelhecem.

Posto isto, e considerando a multidimensionalidade intrínseca a esta fase de vida, o presente estudo questiona *como se deverá adequar as politicais sociais e restantes respostas, de modo a promover e assegurar uma velhice com dignidade em contexto metropolitano,* procurando oferecer uma visão estratégica para a análise da relação mútua entre os indivíduos com 65 ou mais anos e os contextos sociais nos quais estes protagonistas se inserem.

Os resultados deste trabalho servem, então, de estímulo à criação, aprofundamento e aprimoramento de políticas públicas transversais de resposta à problemática aqui identificada, no sentido de caminhar para sociedades com um maior sentido de integração e comunidade, orientadas para um futuro plural, diverso e amigas de todas as idades.

Palavras-chave

Velhice, Meio Urbano, Age-Friendliness, Dignidade, Políticas Públicas, Respostas Sociais

Abstract

The problem of ageing and urbanisation in contemporary societies has been a central issue on the international political agenda over the last few decades, as a result of rising awareness of the well-being of older people. As such, the development of active, healthy and age-friendly environments has been an elementary part of public policies designed to ensure the quality of life of older urban dwellers. It is therefore essential to create environments that enable and encourage the pursuit of socially significant activities among older people, to value and reward the different potential, capacities and ambitions of this population, given the heterogeneity that characterises it and the rapid change in the way these social actors age.

Having said this and considering the multidimensionality intrinsic to this stage of life, this study questions *how social policies and other responses should be adapted in order to promote and ensure old age with dignity in a metropolitan context*, in an attempt to offer a strategic vision for analysing the mutual relationship between individuals aged 65 and over and the social contexts in which they are involved.

The results of this research therefore serve as a incentive to create, deepen and improve transversal public policies in response to the issue that has been identified here, as a means to move towards societies with a greater sense of integration and community, orientated towards a plural, diverse and age-friendly future.

Keywords

Old Age, Urban Environments, Age-Friendliness, Dignity, Public Policies, Social Responses

Índice

Agradecimentos iii

Resumo v

Abstract vii

Introdução 1

CAPÍTULO 1 - Enquadramento e Definição do Problema 3

1.1. A Dupla Intensificação do Envelhecimento e da Urbanização 3

1.2. Desafios e Oportunidades do Envelhecimento em Contextos Urbanos 4

1.2.1. O envelhecimento 4

1.2.1. O envelhecimento em meio urbano 4

1.3. O Caso Português 5

1.4. A Problemática: Pergunta de Partida e Objetivos de Investigação 6

CAPÍTULO 2 - Revisão de Literatura 9

2.1. Os Conceitos de Envelhecer de Velhice: Algumas Interpretações 9

2.2. Envelhecimento Ativo e Saudável 10

2.3. Cidades e Comunidades *Age-Friendly* 11

2.3.1. Lisboa, Cidade de Todas as Idades 12

2.4. Desigualdade e Heterogeneidade na Velhice em Contexto Urbano 13

2.5. O Conceito de Dignidade 15

CAPÍTULO 3 - Metodologia 17

3.1. O Modelo de Análise 17

3.2. Os Indicadores 18

3.2.1. Seleção de indicadores de capital individual (65+) e de contexto *age-friendly* 18

3.2.2. Nota metodológica acerca dos dados recolhidos e respetivas fontes 20

3.2.3. *Clusters* das freguesias de Lisboa 22

3.3. Seleção dos Estudos de Caso à Escala das Freguesias de Lisboa 23

3.3.1. O concelho de Lisboa 23

3.3.2. As freguesias da Ajuda e de Alvalade 24

3.4. Observação Social Sistemática: os Casos da Ajuda e de Alvalade 25

CAPÍTULO 4 - Apresentação de resultados e discussão 29

4.1. Um olhar sobre as freguesias de Lisboa 29

4.1.1. Freguesias de Lisboa: os perfis e assimetrias da população residente 29

4.1.2. *Age-friendliness* dos territórios de Lisboa 31

4.2. Desigualdades no Desenho das Freguesias da Ajuda e de Alvalade 32

Considerações Finais 38

Fontes 41

Referências bibliográficas 42

Anexos 52

Anexo A. Pirâmide Etária da População Portuguesa (2020-2080) 52

Anexo B. Indicadores 53

Anexo C. Distribuição das Freguesias do Concelho de Lisboa em *Clusters* 55

Anexo D. Seleção das Ruas para Observação Social Sistemática 56

Anexo E. Cobertura das Ruas 67

Anexo F. Questionário de Observação Sistemática 69

Anexo G. Medidas de Discriminação das Variáveis da ACM 79

Anexo H. *Age-Friendliness* dos Territórios de Lisboa 80

Índice de Figuras

Figura 3.1 Modelo de Análise.....18
Figura 4.1 Caracterização dos *clusters*.....30
Figura 4.2 Ilustração do espaço delimitado pela ACM com as variáveis da observação sistemática social.....34
Figura 4.3 Projeção as freguesias no espaço delimitado pela ACM com as variáveis da observação sistemática social.....34

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 Indicadores finais do capital dos indivíduos com 65 ou mais anos.....19
Tabela 3.2. Indicadores finais dos contextos *age-friendly*.....19
Tabela 3.3 Variáveis resultantes da observação social sistemática selecionadas para análise.....27

Introdução

O fenómeno que diz respeito ao duplo processo de envelhecimento das sociedades contemporâneas provém da combinação do aumento progressivo da esperança média de vida com o declínio das taxas brutas de natalidade, traduzindo-se, deste modo, no envelhecimento do topo e da base das pirâmides etárias (Bandeira, 2014: 36) (Anexo A.). A par do envelhecimento, também a crescente urbanização à escala global se evidencia como fenómeno central, prevendo-se um *continuum* deste processo durante as próximas décadas e, portanto, uma concentração cada vez mais intensificada de pessoas a fixarem-se em zonas urbanas (United Nations, 2019:9).

A fusão vincada destes dois fenómenos canaliza-se na nítida e proeminente presença de pessoas com idades mais avançadas a residirem nas cidades (OECD, 2015:27-8), acarretando um conjunto específico de questões em múltiplos domínios da sociedade e, como tal, o entendimento da relação entre o envelhecimento e urbanização deverá ser uma matéria primordial no âmbito das Políticas Públicas (van Hoof *et al*., 2021:2). Em associação ao fenómeno de envelhecimento, poderão identificar-se situações de risco de isolamento social, solidão, pobreza e discriminação (Cabral, *et al.*, 2013: 12 & EAPN, 2022: 19) e se tivermos a cidade como palco do envelhecimento dos indivíduos, esta é indissociável das desigualdades sociais que, ainda que sejam diagonais a todas as faixas etárias, são acentuadas com o avançar da idade e espelhadas no nível de bem-estar e qualidade de vida dos urbanitas mais velhos (Machado, 2022:164). Por conseguinte, a preocupação internacional em acomodar dignamente as pessoas mais velhas levou à criação das noções de envelhecimento ativo e saudável e do movimento *Age-Friendly Cities,* que conduziram a uma mudança de paradigma no discurso público e político em torno do envelhecimento e da velhice: *"Instead of conceiving older people as a social problem or burden, the new discourse constructs ageing as a positive process and emphasises the active roles older people continue to play in society"* (Lui *et al.*, 2009:119).

Ademais, o contexto social é um fator decisivo no diferente desenvolvimento e expressão de envelhecimento dos indivíduos. Posto isto, sendo a fase mais avançada da vida algo socialmente construído, para alcançar a verdadeira compreensão do processo de envelhecer dever-se-á ter em conta o contexto em que os indivíduos envelhecem: *"(...) age-related outcomes are not seen as mere consequences of natural, organismic ageing, but of a complex interplay between social structural, cultural and interactional processes"* (Buffel *et al*., 2012b:14). Ainda neste sentido, a OMS esclarece que o ambiente onde os indivíduos vivem influencia o seu envelhecimento saudável, por consequência de constrangimentos ou incentivos que interferem, por sua vez, com as oportunidades, o comportamento, as decisões que assumem e a própria experiência da fase de vida mais avançada (WHO, 2023:2).

Da reflexão em torno dos fenómenos do envelhecimento e da urbanização, surge, então, a seguinte pergunta que serve de ponto partida para a presente investigação: *Perante a intensificação da concentração de pessoas mais velhas a residir em meio urbano, como se deverá adequar as políticas sociais e restantes respostas, de modo a promover e assegurar uma velhice com dignidade em contexto metropolitano?*

No sentido de caminhar para a resposta a tal questão, a presente dissertação divide-se em cinco capítulos. Num primeiro – *Enquadramento e Definição do Problema,* discute-se os temas do envelhecimento e da urbanização, dissecando o caso português, e delimitando-se a problemática, a pergunta de partida e os objetivos de investigação. No segundo capítulo, relativo à *Revisão de Literatura*, apresenta-se o estado da arte em torno dos conceitos de velhice e envelhecimento, do envelhecimento ativo e saudável, do movimento das cidades e comunidades *age-friendly*, das desigualdades e heterogeneidade na velhice e, por fim, explora-se o conceito de dignidade, atendendo à fase mais tardia de vida. O capítulo três refere-se à *Metodologia,* onde se apresenta o modelo de análise aplicado neste trabalho, sendo a cidade de Lisboa o contexto relacional que suporta tal análise no que concerne o plano substantivo e de observação empírica, bem como se esclarecem os passos metodológicos e objetivos a ele associados, como é o caso da *1)* exploração de indicadores e recolha de dados, de modo a construir um sistema de indicadores, *2)* aplicação da análise de *clusters*, com o intuito de construir perfis de freguesias do concelho de Lisboa e, ainda, *3)* realização da observação social sistemática com o objetivo de recolher dados primários acerca do desenho urbano de duas freguesias de cada grupo, previamente delimitados pela análise de *clusters*. Finalmente, o quarto corresponde à *Apresentação de Resultados e Discussão*, seguindo-se as *Considerações Finais*.

Como será visto adiante, as categorias sociais associadas à idade, como é o caso da categoria que abrange as pessoas mais velhas, não têm uma definição fixa e universal. Como tal, por motivos meramente operacionais, será adotada no decorrer desta dissertação a definição normativa avançada pelo INE, que assume como *pessoa idosa* aquela que tem 65 ou mais anos.

CAPÍTULO 1

Enquadramento e Definição do Problema

Este primeiro capítulo explora sucintamente os processos de reconfiguração das sociedades subjacentes ao crescente envelhecimento populacional e à intensificação da urbanização. Pretende-se deste modo enquadrar as questões e observações que levaram a eleger as implicações da conjugação destes fenómenos como problemática central de investigação. Após esta introdução ao objeto de estudo, serão apresentadas as perguntas mais relevantes de investigação que dele emergiram, bem como os objetivos de pesquisa.

1.1. A Dupla Intensificação do Envelhecimento e da Urbanização

Ainda que se expresse de forma diferenciada entre países, a estrutura e distribuição da população mundial continuam a ser alvo de fortes transformações, em paralelo com inúmeras mudanças sociais, políticas e económicas transversais a todo o tecido da sociedade global. A tendência demográfica assistida indica um aumento exponencial e sucessivo tanto do número como da proporção de pessoas idosas (United Nations, 2020: 3; Eurostat, 2020b: 16-17). Em 2022, as pessoas com 65 ou mais anos representavam cerca de 10% da população total; entretanto, estima-se que o seu peso, em 2050, aumente para os 16% (Eurostat, 2020a: 17; United Nations, 2022: 6). Ademais, a região da UE-27 poderá ser considerada como a mais envelhecida do mundo: em 2022, aproximadamente 19% da população era considerada idosa e, em 2050, as previsões indicam que mais de um quarto da população (27%) pertencerá a este grupo etário (United Nations, 2022: 8).

A par do acentuado envelhecimento populacional, verifica-se, por outro lado, uma intensificação da urbanização (Buffel & Phillipson, 2018: 173). Atualmente, mais de metade da população mundial (56%) vive em áreas urbanas e, nas próximas décadas, espera-se um aumento gradual e contínuo da concentração e fixação de pessoas nas cidades; prevê-se que, até 2050, cerca de 68% da população global resida em meio urbano (United Nations, 2019:10; UN-Habitat, 2022:4; OECD,2022:68).

Posto isto, a combinação intensificada destes dois fenómenos resulta na presença evidente de pessoas mais velhas a residir nas cidades (WHO, 2007a:4; Machado,2022:162). Tal tendência global suscita a preocupação crescente em acomodar dignamente as populações mais velhas. Preocupação esta equacionada, por conseguinte, como tema central na agenda internacional e, por sua vez, culminando na criação de conceitos-chave, que servem de instrumentos que orientam a estratégia política global de resposta ao envelhecimento demográfico, como é o caso das noções de *envelhecimento ativo*, *envelhecimento saudável* e *cidades e comunidades age-friendly* (Foster & Walker, 2015:83; Lopes & Lemos, 2012: 16), que serão exploradas seguidamente.

1.2. Desafios e Oportunidades do Envelhecimento em Contextos Urbanos

1.2.1. O envelhecimento

O fenómeno do envelhecimento é frequentemente apresentado como um tema crítico e complexo, gerador do colapso de instituições públicas e observado como obstáculo à sustentabilidade das políticas sociais dos diversos países. Porém, a longevidade é, na verdade, *fruto do progresso* (Daniel, 2006: 116; Capucha, 2014:117). Dito isto, poder-se-á considerar a mesma como um indicador positivo inerente ao desenvolvimento dos países, e como resultado da criação de condições potenciadoras de bem-estar – "Todavia, o verdadeiro problema é o modo como envelhecemos" (Lopes *et al.*, 2022:18).

A questão do envelhecimento não deixa de representar, portanto, um enorme desafio, levantando um conjunto de fortes implicações, não só em termos individuais, mas também na sociedade como um todo: nas áreas da saúde, nas estruturas familiares, na economia, nos sistemas de cuidado, no mercado de trabalho, na proteção social, na habitação, entre outras (Sander, *et al.*, 2015: 186-7; United Nations, 2020:16; European Commission, 2020: 14; WHO, 2023:2; Canhão *et al.*, 2022; Ariaans *et al.*, 2021: 609; EAPN, 2022:19). Contudo, o cenário de envelhecimento aqui retratado não é exclusivamente sinónimo de problemas ou constrangimentos. Poderá ser, igualmente, fonte de novas oportunidades: as pessoas mais velhas poderão ser observadas não só como uma força social valiosa, mas também como pessoas dotadas de competências e conhecimento, protagonistas cruciais de mudança, no sentido em que a sua participação na sociedade é essencial, nomeadamente para o desenvolvimento de plataformas de resposta ao desafio do envelhecimento demográfico (Foster & Walker, 2015:83-5; Del Barrio *et al.*, 2018:9; van Hoof *et al.*, 2021:1).

1.2.1. O envelhecimento em meio urbano

Como visto anteriormente, o futuro das cidades será marcado por uma forte presença de pessoas mais velhas. Assim sendo, importa reconhecer que envelhecer em espaços urbanos acarreta, igualmente, um conjunto específico de desafios e de oportunidades (Machado, 2022:162-6; OECD,2015:42-57).

Não obstante, os planos proeminentes que visam o desenvolvimento das cidades não incluem, em muitos dos casos, as populações mais velhas, contribuindo para a respetiva sensação de exclusão. Para além disso, existem fatores inerentes ao meio citadino que poderão funcionar como constrangimentos e riscos para esta população, face à sua vulnerabilidade, como é o caso das dimensões da segurança, participação e privação. Segundo um outro olhar, no meio urbano existem igualmente inúmeras vantagens – existentes e potenciais – para estas pessoas: os recursos associados às cidades poderão funcionar como catalizadores de novas oportunidades, enriquecendo a fase mais tardia da vida; a abundância de possibilidades de redes e laços sociais é um fator positivo no que concerne aos bairros urbanos e às redes de apoio aos mais velhos; e, ainda, a diversidade de espaços que fomentam a participação nas suas diversas dimensões é algo característico de muitas cidades

(Buffel *et al.*, 2012a: 601-5; Buffel & Phillipson, 2018:180 e De Donder *et al.*, 2013). Dito isto, os espaços urbanos poderão funcionar, então, como *enablers* ou como constrangimentos em termos de participação e qualidade de vida (WHO, 2017a: 16). Em todo o caso, as cidades são locais que acomodam um número significativo de pessoas mais velhas, pelo que será sempre relevante procurar compreender como é que estas acolhem a população em questão e, no fundo, captar as potencialidades das cidades para as pessoas mais velhas.

1.3. O Caso Português

No seio das sociedades europeias, Portugal poderá ser destacado como profundamente envelhecido e urbanizado. Segundo os resultados dos últimos Censos 2021, cerca de 23,4% da população portuguesa tem 65 ou mais anos (INE, 2022), em contraponto com a diminuição efetiva de jovens, contribuindo, deste modo, para o desequilíbrio intergeracional e para o culminar de implicações diretas na estrutura social.

Por outro lado, os Censos do mesmo ano apontam para um contraste vincado no que concerne à densidade populacional[1] em áreas predominantemente urbanas (453,7), em oposição às rurais (22,0). Na última década registou-se, inclusive, um reforço da concentração de população a fixar-se em redor da capital: "Cerca de 20% da população do país concentra-se nos 7 municípios mais populosos, que abrange uma área de apenas 1,1% do território" (INE, 2022:14). Mais concretamente, a Área Metropolitana de Lisboa (AML) acolhe aproximadamente 27,8% da população portuguesa[2](INE, 2022). Como visto, a proporção de população mais velha vai aumentar transversalmente em termos de distribuição geográfica à escala global. Todavia, ao contrário da relativa tendência para uma maior expressão desta população em áreas distantes da metrópole dentro dos países da OECD, estimativas para Portugal relativas a 2040 apontam para uma proporção significativamente elevada de pessoas consideradas idosas a residir em áreas metropolitanas (OECD, 2022:71). Aliás, na atualidade, uma larga fatia da população do concelho de Lisboa pertence ao segmento populacional de pessoas mais velhas (23,4%) (INE, 2022).

As características estruturais da população aqui retratadas enfatizam, pois, a pertinência e relevância do estudo que é aqui proposto, assente na análise de contextos relacionais que combinam dinâmicas de intensificação do envelhecimento e da urbanização, bem como no aprofundamento de possibilidades de políticas públicas de resposta aos desafios colocados.

[1]"Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado)" (INE, Metainformação, 2023)

[2]População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2021), Sexo, Grupo etário e Naturalidade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

1.4. A Problemática: Pergunta de Partida e Objetivos de Investigação

Perante a fusão das problemáticas do envelhecimento e da urbanização e respetiva importância no quadro da política internacional nasce a necessidade de compreender melhor a relação entre o bem-estar das pessoas mais velhas e os contextos sociais nos quais estas se inserem (Padeiro *et al.*, 2022: 351). Recorrendo à conceptualização de Velho (1994:40), a compreensão de trajetórias individuais é irredutível dos campos de possibilidades nos quais os indivíduos estão inseridos e, portanto, a formulação e implementação de projetos ao longo do respetivo percurso de vida são intimamente influenciadas pelo leque de possibilidades e alternativas com que os indivíduos se deparam na procura de atingir determinado fim. No fundo, envelhecer não pode estar desassociado dos contextos em que tal processo decorre: para compreender como se envelhece, devemos estudar os espaços socioculturais onde as pessoas mais velhas vivem e os ambientes que as circundam: *"Contextual variables are particularly important for older people, who spend more time at home and in the surrounding environment than other age groups"* (Padeiro *et al.*, 2022:352).

Como tal, dada a expressiva presença de indivíduos mais velhos, com necessidades diferenciadas e específicas associadas a esta fase de vida, e devido à profunda influência do ambiente físico no respetivo bem-estar, as políticas que visam a intervenção de proximidade, ao nível local, devem atender a essa questão, adaptando-se constantemente no que se refere ao desenho e desenvolvimento de planos de atuação e intervenções que apoiem amplamente as pessoas mais velhas para que estas possam envelhecer na sua comunidade ("*age in place*"), se assim o desejarem (Del Barrio *et al.*,2018:4; WHO, 2015a:36; Fonseca, 2018:9). Aliás, como Bloom e colaboradores (2015:655) esclarecem, o verdadeiro impacto do envelhecimento da população está intimamente relacionado com a natureza das políticas implementadas que visam responder à realidade em questão. Dito isto, é essencial mitigar o desfasamento entre as competências e potencialidades das pessoas mais velhas e a falta de oportunidades que fomentem o prolongamento de atividades socialmente significativas, bem como de papéis embebidos de sentido. Isto é, dever-se-á atender à criação de contextos sociais que valorizem e recompensem estas capacidades e que acompanhem não só o exponencial crescimento do número de pessoas mais velhas, mas também a rápida mudança associada ao modo como estes protagonistas sociais envelhecem (Riley & Riley, 1989:15; Mauritti, 2004:341).

Para além disso, o confronto com a problemática do envelhecimento canalizado em respostas diversas deverá atender à multidimensionalidade e heterogeneidade que lhe é intrínseca. Segundo a conceptualização de Teixeira Fernandes (2005:227), uma maior longevidade conduz a um alongamento do período entre a chegada à reforma e a morte biológica. No fundo, o processo de envelhecimento é prolongado e, com ele, surgem novas fases de vida que se manifestam de desigual forma entre indivíduos: "Dá-se, desde logo, a morte do ser social, com a reforma. Há depois a morte

perante o espelho, face aos sinais de decrepitude. Há ainda a morte como destruição do estilo de vida, sonhado-imaginado ou realizado. E há finalmente a morte como apagamento do ser e do existir" (2005: 230-1). Com efeito, uma maior longevidade é sinónimo de mudanças impactantes, nomeadamente na manifestação de saúde e de participação social (Cabral *et al*., 2013: 11). Ademais, uma vida duradoura não se expressa necessariamente em saúde, independência ou destreza: como é possível verificar no relatório *Health at a Glance 2023*, a esperança média de vida dos portugueses aos 65 anos era de 20,3 anos, sendo que em mais de metade desses anos eram registados problemas vários de saúde e dependência (OECD, 2023: 213). De facto, Portugal destaca-se no seio da UE por ter um envelhecimento marcado por uma elevada prevalência de multimorbilidade e, deste modo, uma menor esperança de vida saudável, fatores estes que se espelham na avaliação negativa que as pessoas idosas fazem da sua própria saúde (Lopes *et al.*, 2022:17).

Neste seguimento, coloca-se a questão de qual deverá ser o papel das políticas públicas na resposta a tais fases enunciadas por Teixeira Fernandes, no sentido de preservar a qualidade de vida e dignidade dos mais velhos. Propõe-se que para cada fase possam ser formuladas políticas preventivas, que visem colmatar as *mortes* enunciadas. A este propósito, destacam-se políticas nas áreas da saúde e dos cuidados ou ainda da segurança social, como é o caso das pensões de velhice e complementos associados, assim como a proliferação de respostas para a reabilitação e prevenção, perante a perda de controlo sobre a mente e o corpo. A estas deverão também associar-se, em regime de complementaridade, iniciativas de sociabilização e participação na sociedade – hoje ainda aquém das crescentes necessidades. Como assinala Teixeira Fernandes: "Face ao tempo livre de que se dispõe, a vida necessita de ser reinventada. O não fazer nada, a liberdade de todo o tempo, transforma-se em enfado, obrigando a uma reconstrução da vida (...) É então que a pessoa se confronta com o tempo" (2005:230).

Dito isto, importa fazer um leque de perguntas no sentido de caminhar para o argumento desta investigação:

Morte do ser social

- Como é que as pessoas ocupam o seu tempo no período pós-reforma? Quais os protagonismos desta população?
- Como encontrar o equilíbrio entre uma lógica de envelhecimento ativo (predominantemente economicista) e o direito ao lazer?

Morte perante o espelho

- Como é que o capital de saúde dos diferentes indivíduos se espelha na participação social e fruição dos últimos anos de vida?

- Quão desigual é a expressão de dificuldades das pessoas mais velhas entre diferentes zonas (freguesias) do espaço urbano e como é que estas últimas limitam ou potenciam a inclusão perante tais dificuldades?

Morte como destruição do estilo de vida

- O que é que as pessoas procuram (quais os seus projetos?)? Que apoios encontram? No fundo, qual o seu campo de possibilidades (Velho, 1994:40) no que concerne o prolongamento de atividades socialmente significativas e/ou carregadas de sentido, em meio urbano?
- A participação em diferentes esferas sociais (ou a não participação, com arbítrio ou protagonismo), isto é, os diferentes usos do tempo, espelham-se na qualidade de vida destas pessoas? Em que moldes?
- Qual é o papel das políticas locais na criação e incentivo de respostas que promovam o bem-estar das populações mais envelhecidas?
- Como melhorar o processo de envelhecimento, segundo uma perspetiva local e *age-friendly*?

Contexto urbano

- Que respostas existem em meio urbano? Dever-se-á repensar as respostas existentes? As respostas acompanham o aumento significativo da população idosa e respetivas necessidades, atendendo a heterogeneidade de perfis e padrões de vida (Mauritti, 2004)?
- Estará a cidade de Lisboa preparada para acolher dignamente a população mais velha no seu todo? Como é que os *policy makers* equacionam esta questão na governação da cidade? Haverá diferenças no processo de *policy-making* entre freguesias e respetivos *outcomes*?
- É possível diferenciar freguesias com dinâmicas mais acentuadas de bairro face a outras onde essas dinâmicas parecem ser menos salientes? Que fatores estão associados a esses contextos relacionais? O acolhimento de pessoas mais velhas nos dois contextos é diferenciado? As diferentes dinâmicas da cidade influenciam, de forma díspar, a sensação de bem-estar dos adultos mais velhos?
- O diferente desenho dos espaços urbanos traduz-se em diferentes níveis de disposição para frequentar espaços exteriores?

Da reflexão em volta do fenómeno do envelhecimento num contexto de forte crescimento urbano, surge a seguinte pergunta de partida referente à presente investigação:

Perante a intensificação da concentração de pessoas mais velhas a residir em meio urbano, como se deverá adequar as políticas sociais e restantes respostas, de modo a promover e assegurar uma velhice com dignidade em contexto metropolitano?

Neste sentido, os objetivos centrais de investigação serão *1)* identificar que respostas sociais existem dentro da metrópole, *2)* aferir se promovem o envelhecimento com dignidade e *3)* perceber se são suficientes e adequadas à população, atendendo à respetiva heterogeneidade.

CAPÍTULO 2

Revisão de Literatura

2.1. Os Conceitos de Envelhecer de Velhice: Algumas Interpretações

Ao abordar o conceito de envelhecimento, poder-se-ão distinguir, ainda que interligados, dois termos distintos: *1)* o envelhecimento individual, que corresponde à transformação biológica, inevitável e gradual, que o indivíduo sofre ao longo da vida, manifestando-se em diferentes faculdades e necessidades e, também, em diferentes condições de participação e de reconhecimento nas diversas esferas sociais; e *2)* o envelhecimento coletivo, isto é, o envelhecimento segundo uma perspetiva sociodemográfica, que reflete, muito sucintamente, o estado (envelhecido) da população, espelhando-se nas diversas áreas da sociedade (UNECE, 2021:7; Rosa, 2012:19).

De modo a explorar este fenómeno, dever-se-á questionar previamente o que se entende por *velhice* e *envelhecer:* quem são, na verdade, os *idosos*? O que significa *ser-se velho* e *chegar à velhice*? De modo a responder a tais questões é fulcral que estas sejam abordadas segundo a conceptualização de classificações sociais. Estas são, no fundo, quadros simbólico-ideológicos que visam a simplificação da realidade, complexa e abstrata, funcionando como um instrumento cognitivo que distingue os indivíduos mediante padrões e preconceitos enraizados nas culturas e instituições das múltiplas sociedades (Costa, 1998:68-9; Carmo, 2021:4; Machado, 2015:301-2). Segundo Bourdieu, *"l'âge est une donnée biologique socialement manipulée et manipulable"* (2002:145), conceito este que só existe no meio social e, como tal, não pode ser visto como uma categoria universal ou estática: difere, pois, no espaço e no tempo (Lenoir, 1996: 64-65). A velhice, em concreto, poderá ser observada, assim, como uma construção social influenciada pelas percepções socialmente cristalizadas, perante aquilo que é o processo de envelhecer e de chegar à fase mais avançada de existência (Maia, 2021:173), frequentemente desfasadas da diversidade de experiências que o acompanham. Tal definição poderá apresentar variações consoante o contexto em que a categoria é atribuída e, deste modo, existirem inúmeras interpretações sobre o que é a velhice ou ser-se idoso (Daniel, 2006:114-5; Lenoir, 1996:68).

Segundo a perspetiva de Cabral *et al.* (2013:25), "As marcas corporais constituem, porventura, a mais indisfarçável presença do envelhecimento, mas as mudanças em torno da identidade e do entrelaçamento de papéis sociais que o sustenta, se bem que menos visíveis, não são menos importantes". Por outro lado, numa lógica mais institucionalizada, através da terminologia posta em prática pelo INE (em linha com outros organismos internacionais como o Eurostat ou a OCDE), a categoria de *idoso/a* delimita a população com 65 e mais anos. No mesmo sentido, ainda que Teixeira Fernandes sugira que se observe a velhice enquanto processo, este identifica a ideia normativa de que a saída do mercado de trabalho marca o ponto de viragem de chegada à velhice, sendo a pessoa idosa

aquela que se encontra a viver o respetivo período de reforma, tipicamente associado aos 65 anos (2005:223). Nesta lógica, a inatividade económica determina a classificação na velhice.

No fundo, as noções de *ser-se velho* e *chegar à velhice* variam amplamente, consoante as dimensões que se tomam em consideração para a sua análise e definição:

> *"Biologically, ageing is a process which begins right after birth; socially, it varies according to the historical and cultural moment; intellectually, the individual grows older when his or her cognitive faculties start to fail him or her, leading to memory, focus, orientation and concentration problems. Economically, ageing happens when a person retires from work and is no longer a productive member of society. Finally, we must stress the importance with which we must look at functional ageing. It occurs when the individual loses his independence and needs support to perform his daily life tasks"* (Martins *et al.*, 2022:12).

São apontadas diversas críticas em torno do uso rígido de "categorias obsoletas" associadas à idade mais avançada, sublinhando-se que uso de tais classificações contribui ativamente para uma visão anacrónica e homogénea das pessoas mais velhas (Cardoso *et al.,* 2012:609-10). Fernandes questiona igualmente a pertinência dos indicadores tipicamente usados na base da definição da categoria dos *idosos*, visto não terem acompanhado a evolução demográfica da realidade social contemporânea: "Até que ponto a idade da velhice não foi afastada do limiar socialmente instituído e remetida para mais tarde?" (2001:42). Os *idosos* de hoje serão os mesmos do passado? Os *idosos* de amanhã serão os mesmos de hoje?

2.2. Envelhecimento Ativo e Saudável

No final dos anos 90, em paralelo com a crescente preocupação em torno do tema do envelhecimento, e consequente presença na agenda internacional, nasce a noção de *envelhecimento ativo*, focada na premissa de promover continuamente a participação das pessoas mais velhas na sociedade: *"It involves some sort of 'competence-thinking': the historical focus on what older adults can no longer do (i.e. their deficits), is replaced by an emphasis on their competence and knowledge"* (Boudiny, 2013:1078). A OMS, por seu turno, adotou e desenvolveu o conceito com base, por um lado, no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e, por outro, nos princípios de independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade estabelecidos pela ONU em 1991[3]. Nesta ótica, o envelhecimento ativo é definido como *"(…) the process of optimizing opportunities for health, participation and security in order to enhance quality of life as people age"*

[3]Resolução n.º46/91, Assembleia Geral das Nações Unidas, 16 de dezembro de 1991.

(WHO, 2002:12-3). Como tal, as ações a desenvolver e implementar, tendo estas orientações como base, deverão estar direcionadas para o enriquecimento do capital social (Bourdieu,1986) dos indivíduos e, portanto, deverão ser promotoras de relações sociais e de sentido de comunidade.

A abordagem de envelhecimento ativo, enquanto resposta lata ao fenómeno do envelhecimento populacional, veio, então, questionar o significado de "chegar à velhice", fomentando, pois, uma mudança cultural que sirva de alavanca para o exercício de novos papéis sociais por parte das pessoas mais velhas (Del Barrio *et al.*,2018:1). Neste sentido, a Comissão Europeia avançou, igualmente, com uma definição para este conceito: *"helping people stay in charge of their own lives for as long as possible as they age, and, where possible, to contribute to the economy and society"* (EurWORK, 2018).

Embora o discurso do envelhecimento ativo procure seguir uma abordagem holística, direcionada para a trajetória de vida, que englobe as dimensões da qualidade de vida, do bem-estar mental e físico e da participação (social, económica, cultural, cívica e espiritual), as políticas adotadas têm sido orientadas dominantemente por uma visão produtivista/utilitarista, por um lado, que visa o prolongamento da vida profissional, ou, por outro, através de um óculo direcionado para a saúde e para a atividade física. Tais abordagens são relativamente redutoras, ao invés de abrangentes e multidimensionais, como sugerido pela OMS e ONU (Foster & Walker, 2015:83-7; Del Barrio *et al.*, 2018:3). Assim sendo, Boudiny & Mortelmans frisam que, para que o paradigma do envelhecimento ativo constitua uma ferramenta política eficaz, "(…) it should represent a dynamic, life course-driven concept that taps into people's perceptions and enables them to create their own forms of activity, instead of focusing on a predetermined, limited number of domains, usually developed from an 'expert' perspective" (2011:12).

Em 2015, a OMS avança com o conceito de *envelhecimento saudável,* presente no *World Report on Ageing and Health: "(…) as the process of developing and maintaining the functional ability that enables well-being in older age"* (WHO,2015a:28). Em complemento à perspetiva do envelhecimento ativo, também este conceito passa a ser dominante no quadro estratégico de resposta ao envelhecimento. As duas conceções têm em comum o apelo à necessidade de cruzamento de múltiplas dimensões, bem como o princípio e objetivo de permitir que as pessoas mais velhas prossigam as suas vidas com um valor significativo para as famílias às quais pertencem, para a comunidade e economia (WHO, 2018:3).

2.3. Cidades e Comunidades *Age-Friendly*

A interseção entre envelhecimento e urbanização veio realçar a crescente concentração de pessoas mais velhas a residirem em áreas urbanas e, consequentemente, a intensificação das pressões existentes sobre tais ambientes, culminando na necessidade de adaptação das políticas que

ambicionam conciliar esta dupla tendência (Buffel & Phillipson, 2018:174). É neste contexto que, no início dos anos 2000, a OMS veio introduzir e desenvolver o movimento conhecido como *Age-Friendly Cities* (AFC), com o intuito de tornar os espaços urbanos como palcos de oportunidades potenciadores de bem-estar, participação, inclusão social e empoderamento (WHO, 2007a:72; van Hoof & Marston, 2021:1). Por outras palavras, esta abordagem procura operacionalizar os paradigmas de envelhecimento ativo e saudável a nível local, incidindo na promoção de cidadania ativa (Del Barrio *et al.*, 2018:2) e, consequentemente, repensar as formas através das quais as comunidades poderão acomodar dignamente as respetivas populações à medida que envelhecem (Greenfield & Buffel, 2022:1).

No *Global Age-Friendly Cities: a Guide,* avançado pela OMS em 2007 como ferramenta auxiliar da implementação de intervenções *age-friendly* a nível local, são apresentadas oito dimensões estruturantes: *1)* espaços e edifícios exteriores, *2)* transportes, *3)* habitação, *4)* participação social, *5)* respeito e inclusão social, *6)* participação cívica e emprego, *7)* comunicação e informação e *8)* apoio comunitário e serviços de saúde (WHO, 2007a:9). Anos mais tarde, em 2010, a OMS veio estabelecer a *Global Network of Age-Friendly Cities and Communities (GNAFCC),* como incentivo à aplicação das recomendações outrora delineadas no guia lançado em 2007 (van Hoof *et al.*, 2021:2). Esta iniciativa tornou-se rapidamente um movimento global, tendo, no entanto, maior expressão em países ditos desenvolvidos; abrange, no total, mais de 51 países e 1445 cidades e comunidades, conectando-as e facilitando, por sua vez, a partilha de conhecimento e de práticas *age-friendly* (WHO, 2023; Greenfield, 2018:44; Greenfield & Buffel, 2022:3).

A iniciativa das Nações Unidas relativa à Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), alinhada com a Agenda da ONU 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, evidencia a prioridade estratégica de criar ambientes *age-friendly* propensos ao envelhecimento saudável, reunindo, para esse efeito, um conjunto vasto de intervenientes globais, governamentais e não-governamentais (WHO, 2020:162). Poder-se-á, então, concluir que o compromisso político de criar ambientes *age-friendly* está embebido nos debates relativos ao futuro das cidades e desenvolvimento urbano, no contexto das sociedades envelhecidas.

Por fim, importa salientar que *"Because active ageing is a lifelong process, an age-friendly city is not just 'elderlyfriendly'"* (WHO, 2007a:6); é, sim, orientada para todas as idades (WHO, 2007a:72; Del Barrio *et al.*, 2018:7).

2.3.1. Lisboa, Cidade de Todas as Idades

No contexto português, é na capital que se dá a conhecer o Programa *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*, abrangendo o arco temporal 2018-2026, tem como missão "(...) dar uma resposta integrada à população 65+ na senda da longevidade com autonomia e bem-estar" (SCML, 2019:36). Desenvolvido

de forma holística e com a participação de múltiplas entidades, o programa assenta em três eixos estratégicos: *1) Vida ativa*, após os 65 anos, nas áreas "cultural, desportiva, formativa, de participação ou de intervenção cívica", *2) Vida autónoma*, na procura de melhorar as "condições físicas do espaço público e do edificado" e de requalificar, inovar e diversificar a "rede de equipamentos e serviços que promovam a autonomia", e, por fim, *3) Vida apoiada*, atendendo à "melhoria e ampliação da rede de equipamentos sociais e de saúde, assim como da prestação de cuidados para as situações de dependência" (SCML, 2019:41).

Dezembro de 2023 marcou a terceira fase do programa, que desde então passa a estar enquadrado pelo novo acordo *Lisboa, Cidade Com Vida Para Todas as Idades*[4] . Este marco estabelece, igualmente, o início do espaço colaborativo Centro Local de Informação e Coordenação de Lisboa (CLIC-LX), que procura ser potenciador do desenho e desenvolvimento de medidas no âmbito do programa, respeitando uma lógica de cogovernação e de governação integrada[5].

O programa é, assim, espelho da preocupação política com a área da velhice (com dignidade) no contexto de Lisboa e, para além disso, reflexo da necessidade de repensar, adaptar e preparar políticas públicas de resposta a esta questão, percebida como uma prioridade pela gestão municipal de Lisboa, permitindo que esta possa, efetivamente, ser uma cidade amiga de todos, da pluralidade e diversidade, preparada para responder aos desafios e abraçar as oportunidades do futuro.

2.4. Desigualdade e Heterogeneidade na Velhice em Contexto Urbano

Através da abordagem de Göran Therborn, *"(...) inequalities are differences that we consider unjust. Inequality is a negation of equality. Behind a perception of inequality there is a notion of injustice, a violation of some equality"* (2006:4). Ademais, é importante notar o carácter plural e multidimensional intrínseco das desigualdades sociais, cujas causas e consequências podem ser consideradas irredutíveis (Costa, 2012:10). Dito isto, Therborn identifica três dimensões centrais de desigualdade, nomeadamente *1)* as *vitais* perante a vida, a morte e a saúde; *2)* as *existenciais* subjacentes ao desigual reconhecimento das pessoas ou comunidades, no que se refere à fruição de liberdade, direitos, dignidade, ou, em contrapartida, a experiência de opressão, estigmatização e discriminação; e, por fim, *3)* as *desigualdades de recursos*, podendo transparecer numa desigual propriedade e mobilização de capital económico, social e cultural (2013:49) ou de rendimentos, educação, contactos pessoais e sociais, entre outros cruciais para fazer escolhas e agir, como são, especialmente nas idades em referência, os recursos de saúde (Schneider-Kamp, 2021:212).

[4]CML (2023). Lisboa É "Cidade Com Vida Para Todas As Idades". Disponível em: https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/lisboa-e-cidade-com-vida-para-todas-as-idades

[5]SCML (2023). Promoção de políticas integradas para a longevidade. Disponível em: https://lxcti.scml.pt/

As desigualdades associadas à velhice não se restringem a desigualdades intergeracionais (Lima, 2010: 14-5); apesar de partilharem a pertença ao mesmo grupo etário, entre as pessoas mais velhas verificam-se acentuadas disparidades no que se refere aos padrões de vida, reflexo das diferenças de classe social, de nível de escolaridade, da relação com o mercado de trabalho, bem como de género e das redes e laços sociais, de local de residência, entre outras dimensões que tornam nítida a pluralidade de condições de vida e de reconhecimento social (Mauritti, 2004:351-61; Buffel & Phillipson, 2018:180; Capucha, 2014:114-5).

Neste sentido, Dannefer *et al.* (2022:5) salientam a natureza profundamente heterogénea da população mais velha, como a respetiva diversidade se poderá traduzir em desigualdades sociais e como estas tendem a aumentar com o avançar da idade. Tal facto deve-se à índole cumulativa deste processo, que é experienciado de diferente forma por cada indivíduo em idade avançada, visto ser o espelho das condições e oportunidades ao longo da vida (Greenfield,2018:42). A vivência da velhice, portanto, não é igual entre as pessoas da mesma idade: *"(...) the inequalities that shape our opportunities from birth also structure our final years. Advantages and disadvantages accumulate. The reality is later life is not the end of inequality, it is inequality's end game"* (Abramson, 2016:71). Também na perspetiva de Del Barrio *et al.* (2018:6), será cada vez mais difícil falar dos adultos mais velhos enquanto um "coletivo" suscetível de ser caracterizado de uma forma homogénea e, como tal, as políticas que procuram abranger estas pessoas devem partir do reconhecimento da diversidade que lhes é intrínseca.

A estratégia global de envelhecimento ativo e saudável poderá significar, igualmente, novas camadas de desigualdade, no que se refere ao cumprimento das expectativas que estão associadas a este discurso (Buffel & Phillipson, 2018:174; Del Barrio *et al.*, 2018:5). No sentido de combater tais desigualdades, a flexibilidade e capacidade de adaptação são cruciais: *"(…) active aging must be flexible with regard to cultural and religious differences while embracing human rights, flexible in comprehending how socioeconomic status influences aging and resources, and flexible in understanding the gendered nature of aging"* (Foster & Walker, 2015: 88).

Por fim, é essencial destacar o conceito de *spatial justice.* Este, maioritariamente utilizado no domínio dos estudos urbanos e da geografia, está assente na ideia de que as desigualdades sociais moldam os contextos geográficos e que estes últimos influenciam, por sua vez, a distribuição de vantagens e desvantagens sociais (Greenfield,2018:43). A teoria ecológica do envelhecimento avança com a tese de que o ambiente físico influencia profundamente a fase de vida associada à velhice e que a combinação das características individuais com as características do contexto envolvente determina o estado funcional e de bem-estar do indivíduo (Wahl *et al*.,2012:307; Greenfield, 2012:2; Lawton & Nahemow, 1973; Satariano & Maus, 2018:28,31). Assim sendo, a noção de *spatial justice* poderá ser abordada como conceito-chave para a compreensão de como a vivência da velhice é moldada pelos

espaços onde esta é experienciada, como a capacidade de resposta local é igualmente influenciada pelas desigualdades geográficas e que, por sua vez, as iniciativas *age-friendly* poderão mitigar ou amplificar estas desigualdades (Yarker & Buffel, 2022:16; Greenfield,2018:44).

2.5. O Conceito de Dignidade

A conceptualização de dignidade não é universal, nem estática. Contudo, existe um consenso sobre a noção lata de respeito pela vida e pelo valor intrínseco do ser humano, enquanto matéria inviolável, que levou à formalização da dignidade como princípio central da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)[6] e, por conseguinte, como alicerce das sociedades democráticas internacionais (Correia *et al.*,2022:13; Staffen & Arshakyan, 2017: 44-7).

Em conformidade com a DUDH, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos[7] veio reconhecer a dignidade humana como base de todos os direitos. Neste sentido, Nussbaum (2003:40-2) avança com a ideia de que uma vida digna é aquela na qual se materializa a possibilidade de *funcionamento verdadeiramente humano,* que, por sua vez, resulta do acesso a um conjunto de direitos fundamentais, necessários, então, para a fruição de uma vida com dignidade. Explicita, assim, as dez capacidades tidas como requisitos essenciais para tal efeito e para o alcance de justiça social em qualquer contexto: *1)* vida, *2)* saúde física, *3)* integridade física, *4)* sentidos, imaginação e pensamento, *5)* emoções, *6)* razão prática, *7)* interação social, *8)* interação com outras espécies, *9)* lazer e *10)* domínio sobre o próprio ambiente.

Ainda no sentido de compreender o significado de dignidade, Correia *et al.* esclarecem que "Uma vida com dignidade é aquela em que existe a possibilidade de acesso ao bem-estar social entendido como o nível de bem-estar que uma sociedade proporciona e outorga aos seus cidadãos, garantindo a realização dos seus direitos de cidadania e a satisfação das suas necessidades" (2022:12). Em suma, como Staffen & Arshakyan (2017:58) esclarecem, existe uma noção generalizada e transversal de que o conceito de dignidade está intimamente relacionado com a autonomia, liberdade, integridade, privacidade, igualdade e acesso a condições sociais de vida mínimas.

Junto das pessoas mais velhas, especificamente, a dignidade constitui um dos cinco Princípios das Nações Unidas Para as Pessoas Idosas, estabelecidos em 1991:

> *17. Os idosos devem ter a possibilidade de viver com dignidade e segurança, sem serem explorados ou maltratados física ou mentalmente.*

[6]Resolução n.º A/RES/217(III)A, Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro 1948.

[7]Diário da República I, n.º 133, de 12/06/1978 (Lei n.º 29/78), (retificada em Diário da República n.º 153/78, de 06/07)

18. Os idosos devem ser tratados de forma justa, independentemente da sua idade, género, origem racial ou étnica, deficiência ou outra condição, e ser valorizados independentemente da sua contribuição económica (ONU, Resolução n.º46/91).

No caso português, a Constituição da República Portuguesa (CRP) protege de forma implícita a dignidade junto das pessoas mais velhas no Art.º 72º (*Terceira idade*):

1. As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.
2. A política de terceira idade engloba medidas de caráter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade.

Posto isto, importa conhecer a perceção que as pessoas mais velhas têm sobre o significado de dignidade. Autores identificam a subsistência, segurança, identidade, afeição, lazer, compreensão, participação, respeito e liberdade como as necessidades reconhecidas como fundamentais segundo a visão das próprias pessoas mais velhas para o usufruto de uma vida digna (Correia *et al.*,2016: 395-6; Pereirinha *et al.*,2017:5).

Numa perspetiva internacional (contexto nórdico europeu), Clancy *et al.* (2021:891) salientam a importância da visibilidade, respeito e reconhecimento social, associados às dimensões da liberdade e participação, como fatores chave para a experiência de dignidade na fase mais avançada da vida. Num outro estudo, aplicado em seis países europeus por Bayer *et al.* (2005:24-8), foi demonstrado que a autoestima, autovalorização e bem-estar das pessoas mais velhas são reforçados quando estas se sentem dignificadas. E, para além de identificarem a importância do respeito e reconhecimento destas pessoas e da respetiva participação como elementos centrais, como já referido, a dignidade dos cuidados é igualmente essencial.

Correia *et al.* (2016:367) traçam uma relação entre os recursos que os indivíduos possuem e a capacidade consequente de satisfazerem as respetivas necessidades. O estudo conclui que a escassez de recursos poderá traduzir-se na quebra do zelo pelo direito a uma vida digna junto das pessoas mais velhas: "(...) um elevado número destes cidadãos não vive de acordo com o seu direito a uma vida com dignidade, configurando uma falha num dever constitucionalmente consagrado e conferindo pertinência a uma análise da trajetória e opções das políticas sociais de velhice, em Portugal, na sua relação com o direito a uma vida com dignidade" (Correia *et al.,*2022:12).

CAPÍTULO 3

Metodologia

A metodologia escolhida segue uma abordagem interdisciplinar, complementando as áreas das Políticas Públicas e da Sociologia, de forma a caminhar para uma resposta à pergunta de partida e aos objetivos de investigação previamente definidos.

Com o intuito de aprofundar o conhecimento em torno da existência e adequabilidade das respostas sociais para a velhice com dignidade em Lisboa, recorreu-se à elaboração de um estudo de caso – método intensivo de análise sistemática de um determinado caso, frequentemente utilizado com o intuito de compreender uma realidade mais ampla dentro de um contexto comum (Gerring, 2004: 342) – neste enquadramento, a cidade de Lisboa.

A presente investigação segue uma lógica de metodologia mista, que valoriza as abordagens de natureza quantitativa e qualitativa (Johnson *et al.,* 2007:113). Recorreu-se, pois, a uma triangulação de métodos, isto é, de *operacionalização múltipla* (Denzin, 2009:301; Campbell & Fiske, 1959:101), inspirada no estudo *Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses* (Mauritti *et al*., 2022*)*, combinando, então, diferentes fontes de informação, nomeadamente *1)* dados institucionais, recolhidos dos últimos *Censos 2021*, *2)* registos administrativos de caracterização do concelho de Lisboa e das respetivas freguesias e, por fim, *3)* informação recolhida através de observação social sistemática, por meio da ferramenta *Google Street View* (Odgers *et al*. 2009; Odgers *et al*., 2012; Mauritti *et al.,* 2022).

Como tal, o trabalho dividiu-se em diferentes passos metodológicos com objetivos específicos associados, nomeadamente à: *1)* exploração de indicadores existentes e recolha de dados, de modo a construir um sistema de indicadores, *2)* aplicação da análise de *clusters*, com o intuito de construir perfis de freguesias do concelho de Lisboa e, ainda, *3)* realização da observação social sistemática com o objetivo de recolher dados primários acerca do desenho urbano de duas freguesias de cada grupo/perfil, previamente delimitados pela análise de *clusters*.

3.1. O Modelo de Análise

Com base na revisão de literatura, o presente modelo de análise é composto por dois eixos fundamentais: o individual e o contextual (Figura 3.1). Por um lado, à escala individual, recorreu-se ao enquadramento teórico de Teixeira Fernandes (2005: 230-1) em torno dos tipos de *mortes* anteriores à biológica. De forma a conseguir medir tais conceitos, as diferentes *mortes* foram operacionalizadas segundo o modelo de capital de Bourdieu (1986:243-52), sendo acrescentado a este último a noção de *capital de saúde*. Neste sentido, Schneider-Kamp aborda tal conceito, à vista do pensamento de

Bourdieu, como elemento complementar das restantes formas de capital – económico, social, cultural e simbólico –, definindo capital de saúde *"(...) as the aggregate of the actual or potential resources possessed by a given agent that have the capacity to affect the position of agents in the social field of health"* (2021:212).

Por outro lado, a dimensão dos contextos sociais foi enquadrada segundo o modelo *AFC*, desenvolvido pela OMS (2007a), adaptando-o e acrescentando duas novas dimensões consideradas fundamentais para a análise do bem-estar das pessoas mais velhas: a Segurança e a Desigualdade (De Donder *et al.*, 2013; Buffel & Phillipson, 2018:180; WHO, 2015a; WHO, 2015b:16).

A combinação destes dois eixos centrais procura levar a uma compreensão lata da influência mútua entre o capital que as pessoas possuem e os contextos nos quais se inserem.

Figura 3.1 Modelo de análise

Fonte: Elaboração própria

3.2. Os Indicadores

3.2.1. Seleção de indicadores de capital individual (65+) e de contexto *age-friendly*

No sentido de compreender as diferentes dinâmicas do tecido social de Lisboa, importa saber o que distingue, na verdade, as vinte e quatro freguesias que constituem tal concelho e os indivíduos que nelas residem. Para tal, operacionalizaram-se os dois eixos presentes no modelo de análise (o capital dos indivíduos com 65 ou mais anos e os contextos) em dimensões de caracterização de tais pilares e, por sua vez, as mesmas dimensões subdividiram-se em indicadores concretos.

Por um lado, ao nível dos indivíduos com 65 ou mais anos (Tabela 3.1), selecionaram-se as dimensões *1)* Classe social, *2)* Renda mensal, *3)* Grau de escolaridade, *4)* Agregados unipessoais, *5)* Estado civil, *6)* Longevidade e *7)* Expressão de dificuldades. Por outro, no caso dos contextos (Tabela 2.), incluíram-se as dimensões *1)* Acessibilidade, *2)* Estacionamento/garagem, *3)* Edifícios com elevador, *4)* Valor da habitação, *5)* Transportes públicos, *6)* Acesso a transportes públicos, *7)* Museus, *8)* Equipamentos e respostas sociais, *9)* Universidades sénior, *10)* Taxas de abstenção, *11)* População ativa, *12)* Hospitais e *13)* Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar (USF). As Tabelas 3.1 e 3.2 sistematizam, assim, os indicadores finais ao nível das freguesias.

Tabela 3.1 Indicadores finais do capital dos indivíduos com 65 ou mais anos

Capital indivíduos (65+)	**Dimensão**	**Indicadores**	**Fonte**
Capital económico	Classe social	Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais - EDL (%) Profissionais Técnicos e de Enquadramento - PTE (%) Trabalhadores Independentes - TI (%) Empregados Executantes - EE (%) Operários - O (%) Inativos (%)	Censos 2021
	Renda mensal	< 100 euros (%) De 100-399,99 euros (%) > 400 euros (%)	
Capital cultural	Grau de escolaridade	Até ensino básico (%) Ensino secundário (%) Ensino superior (%)	
Capital social	Agregados unipessoais	Pessoas com 65 ou mais anos a viverem sós (%)	
	Estado Civil	Casado (%) Solteiro, Viúvo ou Divorciado (%)	
Capital de saúde	Longevidade	Índice de longevidade (Nº)	
	Expressão de dificuldades	Memória ou concentração (%) Tomar banho ou vestir-se sozinho (%)	

Tabela 3.2 Indicadores finais dos contextos *age-friendly*

Contextos *age-friendly*	**Dimensão**	**Indicadores**	**Fonte**
Espaços/edifícios exteriores e Habitação	Acessibilidade	Cadeira de rodas (%)	Censos 2021
	Estacionamento/garagem	Estacionamento/garagem (%)	Censos 2021
	Edifícios com elevador	Edifícios com elevador (%)	Censos 2021
	Valor habitação	Valor médio mensal das rendas (€)	Censos 2021
Transportes	Transportes públicos	Estações de metro (N.º) Estações de comboio (N.º)	Metro de Lisboa, Infraestruturas de Portugal e *Google Street View*

	Acesso transportes públicos	População (65+) com acesso universal a transportes públicos gratuitos	CML[8]
Participação social/cultural, respeito e inclusão social	Museus	Museus (N.º)	Diretório da Cidade (CML)
	Equipamentos e respostas sociais	Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) Centros de dia e de convívio Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	Carta Social (GEP-MTSSS)
	Universidades sénior	Universidades sénior (N.º)	Rede de Universidades Seniores (RUTIS)
Participação cívica e emprego	Taxas de abstenção	Legislativas 2024 (%)	Ministério da Administração Interna (MAI)
	População ativa	População ativa com 65 ou mais anos (%)	Censos 2021
Apoio comunitário e serviços de saúde	Hospitais	Hospitais (N.º)	Diretório da Cidade (CML) e Serviço Nacional de Saúde (SNS)
	Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar	Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiar (USF) (N.º)	

3.2.2. Nota metodológica acerca dos dados recolhidos e respetivas fontes

Numa primeira fase, procedeu-se a uma procura e recolha intensiva de indicadores com informação à escala de Portugal, da AML e respetivos municípios e, preferencialmente, de dados igualmente contemplados ao nível das freguesias, de modo a abrangerem todas as dimensões previamente delineadas (Tabelas 4. e 5., Anexo B.).

Ao nível dos indicadores de capital dos indivíduos com 65 ou mais anos, todos estes foram extraídos dos Censos 2021. A propósito dos indicadores de caracterização dos contextos, para além de se ter recorrido aos Censos do mesmo ano, outras fontes foram igualmente utilizadas, como é o caso do diretório da cidade (CML)[9], da Carta Social (GEP-MTSSS)[10], da Rede de Universidades Seniores (RUTIS)[11], do Serviço Nacional de Saúde (SNS)[12], do Ministério da Administração Interna (MAI)[13] e do INE. No registo de estruturas físicas púbicas, para além de se ter recorrido a informações disponibilizadas pelo Metro de Lisboa e pela entidade Infraestruturas de Portugal, por exemplo, houve igualmente uma afinação dos dados através do mapeamento manual, com auxílio da ferramenta digital *Google Maps*.

[8]Transportes públicos gratuitos (CML), disponível em: https://www.lisboa.pt/transportes-publicos-gratuitos

[9]Diretório da Cidade (CML), disponível em: https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade

[10]Carta Social (GEP-MTSSS), disponível em: https://www.cartasocial.pt/inicio

[11]Rede de Universidades Seniores (RUTIS), disponível em: https://rutis.pt/

[12]SNS, Prestadores de Cuidados de Saúde, disponível em: https://www.sns.gov.pt/sns/pesquisa-prestadores/

[13]Ministério da Administração Interna (MAI), Resultados Eleições Legislativas 2024, disponível em: https://www.legislativas2024.mai.gov.pt/resultados/territorio-nacional

Posto isto, importa ressalvar que, ao longo da elaboração do trabalho, se encontraram algumas limitações, não só nas fontes dos dados como nos próprios indicadores disponibilizados pelas diversas fontes.

Sendo a cobertura territorial dos dados à escala das freguesias um critério de seleção final dos indicadores, e devido à escassez de dados com este nível de desagregação, as dimensões 'Segurança', 'Desigualdade' e 'Comunicação e Informação' não foram contempladas na solução final, bem como indicadores de outras dimensões, como é o caso dos 'Fogos de habitação social', 'Principal meio de transporte', 'Despesa em atividades culturais/criativas' e 'Farmácias' e, ao nível individual, a dimensão das 'Pensões de velhice'. Ainda assim, as tabelas finais dos indicadores de capital dos indivíduos e dos contextos contaram com, respetivamente, dezoito e dezasseis indicadores finais, com conteúdo significativo de caracterização de ambos os eixos.

Para além da relativa ausência de dados à escala das freguesias, dimensão essencial para este trabalho, registaram-se outros constrangimentos metodológicos.

O indicador socioprofissional individual de classe foi construído através da tipologia ACM (tipologia cuja sigla remete para a génese da autoria: Almeida, Costa e Machado), que operacionaliza as variáveis "situação na profissão" (patrões, trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta de outrem) e "profissão" (segundo o enquadramento da Classificação Nacional de Profissões) e as agrupa em lugares de classe – *Empresários, dirigentes e profissionais liberais* (EDL), *Profissionais técnicos e de enquadramento* (PTE), *Trabalhadores independentes* (TI), *Empregados executantes* (EE), e *Operários* (O) (Machado *et al*.,2003:51; Costa *et al*.,2007:10).

Ora, neste sentido, os Censos questionam a atualidade profissional, pelo que se perde informação relativa à trajetória profissional das pessoas reformadas. Se os indivíduos fossem inquiridos quanto à sua atividade profissional – atual ou última desempenhada –, tal possibilitaria um melhor posicionamento e análise da classe social, ao invés de colocar os inativos num bloco homogéneo, não destacando e não valorizando o seu passado profissional. Para além disso, os indivíduos que continuam a trabalhar após os 65 anos, encontram-se geralmente nos dois eixos opostos de classe: ou porque não têm condições de vida que lhes permitam sair do mercado de trabalho, havendo, portanto, necessidade de dar continuidade à atividade profissional, ou porque, por outro lado, são pessoas cuja ocupação remete para cargos mais elevados em termos hierárquicos. Dito isto, embora seja possível retirar informação relevante a partir destes indicadores, esta não é um espelho claro da realidade social das pessoas mais velhas.

Quanto ao indicador relativo à renda mensal, é aferido por cabeça de casal (ao contrário do da escolaridade, por exemplo, que é medido à escala do indivíduo), não sendo, portanto, reflexo da realidade total (individual).

Por motivos de eficiência operacional, procedeu-se a agregações em algumas varáveis, designadamente no que reporta ao grau de escolaridade e ao estado civil das pessoas com 65 ou mais anos. No primeiro caso, agregaram-se os intervalos relativos a nenhuma escolaridade completa e Ensino básico; por outro lado, o recurso da dimensão do estado civil procurava identificar possíveis laços sociais, pelo que foram distinguidos os indivíduos com vínculo matrimonial daqueles que se encontravam solteiros, divorciados ou viúvos, agrupando estas últimas três categorias. Não com o intuito de negar a existência de diferentes realidades em cada um dos últimos grupos referidos, mas sim, de modo a identificar de forma mais clara possíveis situações de conjugalidade que são potenciadoras de isolamento social ou solidão junto das pessoas mais velhas, dimensão que se entendeu, neste contexto, prioritária.

Por fim, no caso da dimensão relativa à expressão de dificuldades selecionaram-se duas variáveis que pudessem quantificar o capital de saúde dos indivíduos em termos do nível de independência motora (tomar banho ou vestir-se sozinho) e da destreza cognitiva (memória ou concentração).

3.2.3. *Clusters* das freguesias de Lisboa

Com o intuito de identificar diferentes perfis de freguesias no concelho de Lisboa, aplicou-se uma análise de *clusters* – técnica exploratória de análise multivariada –, possibilitando a segmentação dessas freguesias em grupos de territórios relativamente homogéneos na sua constituição, mas tendencialmente distintos dos restantes, focando, portanto, nas principais semelhanças (intra-*cluster*) e dissemelhanças (inter-*clusters*) para a formação dos agrupamentos (Reis,2001:290-1; Marôco, 2018:521). Neste sentido, a seleção das variáveis de segmentação dos *clusters* determina os critérios de discriminação dos grupos. Como tal, usaram-se os 18 indicadores de capital dos indivíduos com 65 ou mais anos como variáveis-base para o agrupamento dos casos e segmentação dos *clusters*, presentes na Tabela 3.1.

Como as variáveis tinham diferentes escalas de medida, estas foram previamente estandardizadas e, posteriormente, realizaram-se Análises Hierárquicas de Agrupamento. No que concerne ao cálculo das distâncias, recorreu-se ao quadrado da distância euclidiana e, por fim, no que reporta ao método de agregação, utilizaram-se os métodos do *Ward*, do *centróide* e do *vizinho mais afastado*. Os diferentes métodos aplicados permitiram determinar o número de *clusters* de freguesias e a estabilidade dos resultados, sendo o método de agregação do *centróide* utilizado no final para a segmentação das freguesias do concelho de Lisboa.

Foram obtidos dois grupos (perfis) territoriais compostos, cada um, por doze freguesias, grupos estes essencialmente distantes por um menor/maior favorecimento em torno das variáveis de capital dos indivíduos mais velhos: o *cluster* 1, composto pelas freguesias da Ajuda, Olivais, Beato, Penha de França, São Vicente, Alcântara, Santa Maria Maior, Campolide, Benfica, Marvila, Santa Clara e Carnide;

e o *cluster* 2 composto por Belém, São Domingos de Benfica, Areeiro, Avenidas Novas, Alvalade, Arroios, Campo de Ourique, Estrela, Santo António, Misericórdia, Lumiar e Parque das Nações (Anexo C.).

3.3. Seleção dos Estudos de Caso à Escala das Freguesias de Lisboa

3.3.1. O concelho de Lisboa

Em 2021, cerca de 2,8 milhões de indivíduos (2 870 208) habitavam a AML. Por sua vez, 5,3% da população portuguesa (545 796) encontrava-se a residir no concelho de Lisboa, espelhando-se na respetiva densidade populacional (5456,3), muito superior à média do país (112,2). Lisboa acolhe, ainda, uma quantidade considerável de pessoas, por consequência dos movimentos pendulares, pelo que o número de utilizadores diários da cidade ultrapassa os 940 mil (941 577) (INE, 2022).

Além disso, e como visto no primeiro capítulo, 23,4% da população de Lisboa pertence ao grupo populacional das pessoas mais velhas: existem, assim sendo, 127 768 pessoas com idade superior ou igual a 65 anos a residir na cidade. Destas, cerca de 30%[14] vivem sozinhas, valor superior aos dados referentes a Portugal (21,3%) (INE, 2022). Esta tendência de crescentes situações de isolamento social e solidão verifica-se sobretudo junto das mulheres mais velhas, reflexo, nomeadamente, da diferente esperança média de vida entre homens (78,1 anos) e mulheres (83,5 anos)[15]. A par da fragilidade do capital social, também o capital económico das pessoas mais velhas a residirem em Lisboa é limitado – ainda que seja o terceiro concelho da AML com melhores valores médios em termos de pensões de velhice, estas rondam apenas os dez mil euros anuais[16].

No que se refere à segurança, Lisboa apresenta uma taxa de criminalidade (59,2‰) superior à média do país (32,8 ‰)[17], sendo ainda o concelho português que regista maior desigualdade, com um coeficiente de Gini de 42,5[18]. Lisboa carece igualmente de equipamentos sociais diversos de apoio às pessoas mais velhas, como é o caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), dos Centros de Dia e dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), apresentando taxas de cobertura claramente abaixo dos 100% (35,2%, 78,3% e 54,3%, respetivamente)[19].

[14]Agregados domésticos privados (N.º) nos alojamentos familiares de residência habitual por Local de residência (à data dos Censos 2021), Tipo (alojamento familiar) e Tipo de agregado doméstico privado (Com base na estrutura etária - Censos 2021)

[15]Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo; Anual - INE, Tábuas de mortalidade (2020-2022)

[16]Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Tipo de pensão; Anual - Instituto de Informática (2022)

[17]Taxa de criminalidade (‰) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Categoria de crime; Anual (2022)

[18]Coeficiente de Gini do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual - INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira (2021)

[19]Taxa de cobertura da cooperação standardizada (TCCS) por concelho, Segurança Social (2023)

Por outro lado, é na capital que se regista a maior despesa em cultura dentro da AML, correspondendo a 11% do investimento nacional[20]. Localizam-se também na cidade cerca de metade (51%) dos fogos de habitação social da AML e mais de um quinto (22,2%) dos existentes em Portugal[21]. De resto, o município destaca-se ainda pelas boas condições de difusão de informação, como é o caso do acesso à Internet em banda larga e pela relativa maior mobilização da sua população nas diversas eleições – as taxas de abstenção nas diversas eleições são das mais baixas, ainda que sempre com valores elevados.

3.3.2. As freguesias da Ajuda e de Alvalade

Como frisado por diversos autores, a natureza de cada bairro tem um impacto direto na capacidade de integrar e assegurar plenamente a abordagem *age-friendly* e, por sua vez, repercute-se na desigual qualidade de vida entre os sujeitos mais velhos (Yarker & Buffel, 2022:14; Lui *et al.*, 2009:116). Por essa razão, e de modo a aprofundar o conhecimento em torno da existência e adequabilidade das respostas sociais para a velhice com dignidade em Lisboa, recorreu-se à elaboração de estudos de caso entre diferentes localidades de Lisboa.

Com base nos dois agrupamentos de freguesias anteriormente delimitados, consequente da análise dos diferentes *clusters* – um de maior favorecimento e outro de menor – elegeram-se duas freguesias-tipo para cada grupo identificado, de maneira a dar continuidade ao estudo e possibilitando uma avaliação com maior detalhe ao nível local. Os estudos de caso à escala das freguesias foram essencialmente desenvolvidos com recurso a informação recolhida através da observação social sistemática de ruas de cada freguesia, complementando os dados previamente explorados, obtidos por meio de fontes secundárias.

Na seleção dos casos para investigação, procuraram-se contextos relacionais que fossem, de alguma forma, díspares, contrastantes e característicos (Starman,2013:35-6), mas que, no entanto, partilhassem uma realidade envelhecida. Para tal, equacionaram-se os dados que estiveram na base da segmentação dos *clusters* (Tabela 3.1) e, para além disso, a geografia, a morfologia das freguesias e o poder local presente em cada uma; procurou-se, igualmente, que as freguesias pertencessem a diferentes Unidades de Intervenção Territorial (UIT). Com base nos indicadores previamente mencionados como guias orientadores para a seleção dos casos, e comparando os dados de todas as freguesias de Lisboa, as freguesias da Ajuda e Alvalade sobressaíram. Já nos Censos de 2011, estas

[20]Despesas em atividades culturais e criativas (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de despesa; Anual - INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais (2022)

[21]Fogos de habitação social (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Destino dos fogos; Anual - INE, Inquérito à caraterização da habitação social (2015)

freguesias encontravam-se no topo das mais envelhecidas de Lisboa, com quase um terço da população a pertencer ao grupo populacional mais velho (29,5% e 28,8%, respetivamente), destacando-se quando comparadas com a média do município (23,9%) (Rede Social Lisboa, 2017:21). Dez anos depois, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos a residir na capital reduziu ligeiramente (23,4%), bem como a expressão desta população nas freguesias da Ajuda (27,4%) e Alvalade (24,7%); porém, ambas continuam a ser duas zonas com especial expressão de residentes mais velhos em comparação com o conjunto da cidade. Ainda que Alvalade tenha registado uma diminuição no seu envelhecimento populacional e tenha, portanto, uma menor proporção de residentes com 65 ou mais anos do que no passado, esta continua a ser uma das freguesias com maior número absoluto de habitantes mais velhos (INE, 2022). Ademais, as freguesias da Ajuda e de Alvalade apresentaram os segundo e quinto maiores índices de longevidade (59,1 e 57,0, respetivamente), e, portanto, mais elevados do que a média de Lisboa (53,9). Os índices de dependência de idosos nas duas freguesias também são expressivos (45,6 e 40,3, enquanto em Lisboa o mesmo índice é de 36,8). Outro indicador a salientar, respeita à proporção de agregados domésticos privados unipessoais com indivíduos nesta faixa etária, igualmente, das mais altas entre as freguesias de Lisboa (18% e 18,2%, comparativamente aos 16% de Lisboa) (INE, 2022).

Ainda que estas freguesias partilhem, em parte, traços característicos de contextos relacionais muito marcados pela forte presença de pessoas mais velhas, têm outras características que as separam. É o caso do nível de escolaridade da população: se a Ajuda apresenta dos números mais baixos referentes à população com Ensino Superior completo (28,3%), Alvalade demonstra uma realidade inversa (56%). Para além disso, a morfologia das freguesias também as distingue, tal como o poder local presente em cada uma[22].

No caso particular da freguesia de Alvalade, Carvalho (2018,2015,2014) tem tido um papel importante no que se refere à criação de documentação acerca de tal freguesia e da respetiva capacidade de acolher as populações mais velhas, essencialmente nas áreas da habitação e dos espaços urbanos. Importa saber, assim sendo, como é que cada freguesia procura responder à presença acentuada de pessoas mais velhas entre os respetivos residentes.

3.4. Observação Social Sistemática: os Casos da Ajuda e de Alvalade

No sentido de complementar a análise quantitativa de dados institucionais, recorreu-se ao método de observação social sistemática, com recurso a ferramentas digitais, isto é, suportes visuais

[22]À data das observações (2023), a Mesa da Assembleia de Freguesia da Ajuda era composta por elementos do Partido Socialista (PS) e a de Alvalade pela coligação do Partido Social Democrata e do Centro Democrático Social - Partido Popular (PSD/CDS-PP)

disponibilizados pelo *Google Street View*. Mais concretamente, o instrumento em questão materializou-se na adaptação do *Systematic Social Observation Inventory – Tally of Observations in Urban Regions (SSO i-Tour),* desenvolvido por Odgers *et al.* (2009). Assim sendo, os contextos e imagens cristalizados no tempo oferecidos por esta plataforma serviram de base para a observação e análise dos espaços dentro das freguesias da Ajuda e de Alvalade, captando a sua essência, avaliando a respetiva *age-friendliness* e servindo de complemento para os dados previamente levantados de caracterização dos espaços urbanos, através do registo de algumas dimensões em falta e importantes de avaliar. Procurou-se, portanto, através deste método, abranger certas valências de informação que não constavam nos Censos (2021), nem noutras fontes, nomeadamente dados relativos ao desenho urbano, à mobilidade, acessibilidade e existência de espaços, equipamentos e estruturas diversas fulcrais para o bem-estar na cidade.

De forma a ter uma aplicabilidade mais exata e pertinente em termos culturais e morfológicos, bem como direcionada para o objeto de estudo a desenvolver e respetiva população (mais velha), fez-se uma adaptação generalizada da grelha de observação e respetivas dimensões, categorias e terminologias, com base no modelo *Age-Friendly* (WHO, 2007a) e no *Manual de espaço público* da Câmara Municipal de Lisboa (CML,2018), dispensando, por um lado, determinados itens de observação por falta de adequação ou pertinência[23] e, por outro, adaptando e/ou acrescentando novos guias considerados relevantes, explorados seguidamente.

Como visto anteriormente, as pessoas mais velhas têm, tendencialmente, uma maior sensibilidade aos fatores e características físicas dos ambientes exteriores (OMS, 2017a:16). As quedas, para além de serem uma das principais causas de mortalidade das populações de idade mais avançada, espelham-se igualmente na respetiva perda de autonomia e na redução de bem-estar. Ademais, os fatores associados à natureza e estrutura do espaço físico envolvente surgem como causa predominante dessas quedas e, portanto, as ações de prevenção, a uma escala holística, representam uma prioridade naquilo que é a construção de ambientes amigos destas pessoas (OMS, 2007b:26,42; OMS, 2017a:10, Sampaio *et al.*, 2021:7; Martins *et al*., 2022:13-14). Na operacionalização da grelha de observação, esta dimensão de análise do espaço público em termos de acessibilidade e mobilidade foi, assim, alvo de uma atenção especial, atendendo a que "*Most problematic factors are cracked or uneven sidewalks, unmarked obstacles, slippery surfaces, poor lighting and lengthy distances to sitting areas and public restrooms*" (OMS, 2007b:18). Nomeadamente, aprofundou-se a secção relativa às *Características dos espaços de circulação pedonal*, adaptando e acrescentando novas dimensões de observação ('Estado dos espaços de circulação pedonal', 'Largura do passeio', 'Material do pavimento',

[23]Dimensão relativa a sinalização e variáveis de ordem mais subjetiva como 'Sentir-me-ia seguro a andar nesta rua à noite?', 'Qual a percentagem de carros nesta rua que parecem ser de luxo?' e 'Esta é a uma rua onde eu poderia viver?'.

'Existência de obstáculos', 'Registo de ressalto zero'), aferindo igualmente, noutras secções, a existência de iluminação pública, de equipamentos de descanso e outros itens relevantes.

Adicionalmente, e em termos mais amplos, acrescentou-se ao longo da grelha de observação dimensões como 'Existência de sombras', 'Existência de arborização ou outra vegetação', 'Existência de arte pública' (Secção *Características da rua*); variáveis de mobiliário/equipamento urbano que não constavam na grelha original, como é o caso de 'Pilaretes e guarda-corpos', 'Equipamentos de desporto ao ar livre' e 'Bebedouros'; bem como variáveis relativas a serviços, infraestruturas e espaços recreativos – 'Postos de correio', 'Associações e Instituições', 'Restaurantes', 'Cabeleireiros', 'Bancos e multibancos', 'Ginásios, polidesportivos e piscinas', 'Bibliotecas' e 'Espaços artístico-culturais'.

Como sugerido no estudo *Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses,* realizado por Mauritti e colaboradores (2022), a observação decorreu à escala das ruas, ao invés dos bairros - como proposto no *SSO i-Tour* (Odgers *et al.*, 2009; Odgers *et al*., 2012), por uma questão de rigor operacional. Posto isto, a partir do diretório de ruas[24], registaram-se todas as ruas das freguesias da Ajuda e de Alvalade, numerando-as; em seguida, recorreu-se a um programa de números aleatórios, de modo a selecionar aleatoriamente quarenta ruas (vinte ruas de cada uma das freguesias) a serem observadas. No sentido de zelar pela qualidade e rigor do registo das imagens, todas as ruas cujo registo de imagem era anterior a 2020 foram descartadas e, para sua substituição, voltou-se a recorrer ao programa de números aleatórios, até ter a seleção final de vinte ruas por freguesia (Anexo D. e E.).

A realização de um primeiro teste, composto por seis observações (três por freguesia), possibilitou a afinação do questionário de observação (Anexo F.) e, em seguida, deu-se início à observação social sistemática das quarenta ruas previamente selecionadas. Nesta fase, registaram-se 119 itens de observação.

Após a realização da observação final, os respetivos dados transitaram para uma base de dados do programa estatístico SPSS e organizaram-se as variáveis segundo um dicionário temático, recodificando e agrupando algumas delas, de modo a serem todas de natureza nominal e robustas.
No sentido de compreender as diferenças entre as freguesias da Ajuda e de Alvalade e a respetiva capacidade de acomodar dignamente as populações mais velhas nos seus espaços públicos, efetuou-se uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) – análise adequada, dada a multidimensionalidade do espaço e a natureza qualitativa das variáveis em análise (Carvalho, 2008:21). Para este efeito, fez-se uma seleção das variáveis mais relevantes e diferenciadoras, resultando num total de nove dimensões temáticas, compostas por um total de vinte e três variáveis.

[24]Diretório de ruas. Disponível em: https://www.codigo-postal.pt/

Tabela 3.3 Variáveis resultantes da observação social sistemática selecionadas para análise

Dimensão	Variáveis	Categorias
1. Mobilidade pedonal	Existência de medidas de acalmia visível	Sim/Não
	Estado geral dos espaços de circulação pedonal	Bom/Razoável/Mau
	Largura do passeio (situação dominante)	Bom/Razoável/Mau
	Material de pavimento do passeio	Calçada/Outro
	Registo de ressalto zero	Sim/Não
2. Bem-estar e dinamismo urbano	Existência de iluminação pública	Sim/Não
	Existência de sombras na rua	Sim/Não
	Existência de arborização ou outra vegetação	Sim/Não
	Existência de arte pública na rua	Sim/Não
3. Negligência, abandono e desordem física	Estado geral da rua	Bom/Razoável/Mau
	Existência de habitações que parecem estar queimadas, vedadas ou abandonadas	Sim/Não
4. Habitação	Classificação geral do estado da maioria das habitações	Bom/Razoável/Mau
5. Acesso a equipamentos urbanos	Existência de equipamentos urbanos (repouso, lazer e bem-estar)*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
	Existência de equipamentos urbanos (higiene pública)*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
6. Acesso a instituições, serviços e comércio	Existência de instituições/serviços*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
	Existência de comércio*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
7. Acesso a espaços e equipamentos recreativos	Existência de espaços ou equipamentos recreativos exteriores*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
	Existência de espaços ou equipamentos culturais e desportivos*	Sem/Baixa concentração/ Alta concentração
8. Pessoas	Registo de pessoas mais velhas	Sim/Não
9. Caracterização e condições espaciais	Caracterização da rua	Heterogénea/Prosperidade/ Conforto financeiro/Meios moderados ou Pobreza
	Classificação geral do estado da maioria dos estabelecimentos comerciais	Bom/Razoável/Mau
	Classificação geral do estado dos espaços e equipamentos recreativos	Bom/Razoável/Mau

(*) Variáveis agrupadas, que espelham a oferta diversificada dos equipamentos e instalações presentes nas ruas.

CAPÍTULO 4

Apresentação de resultados e discussão

4.1. Um olhar sobre as freguesias de Lisboa

4.1.1. Freguesias de Lisboa: os perfis e assimetrias da população residente

Como visto no capítulo anterior, a análise de *cluster*s permitiu identificar dois grandes grupos de freguesias, cada um composto por doze localidades, agrupados por terem características semelhantes no que concerne os perfis dos respetivos residentes com idades maduras.

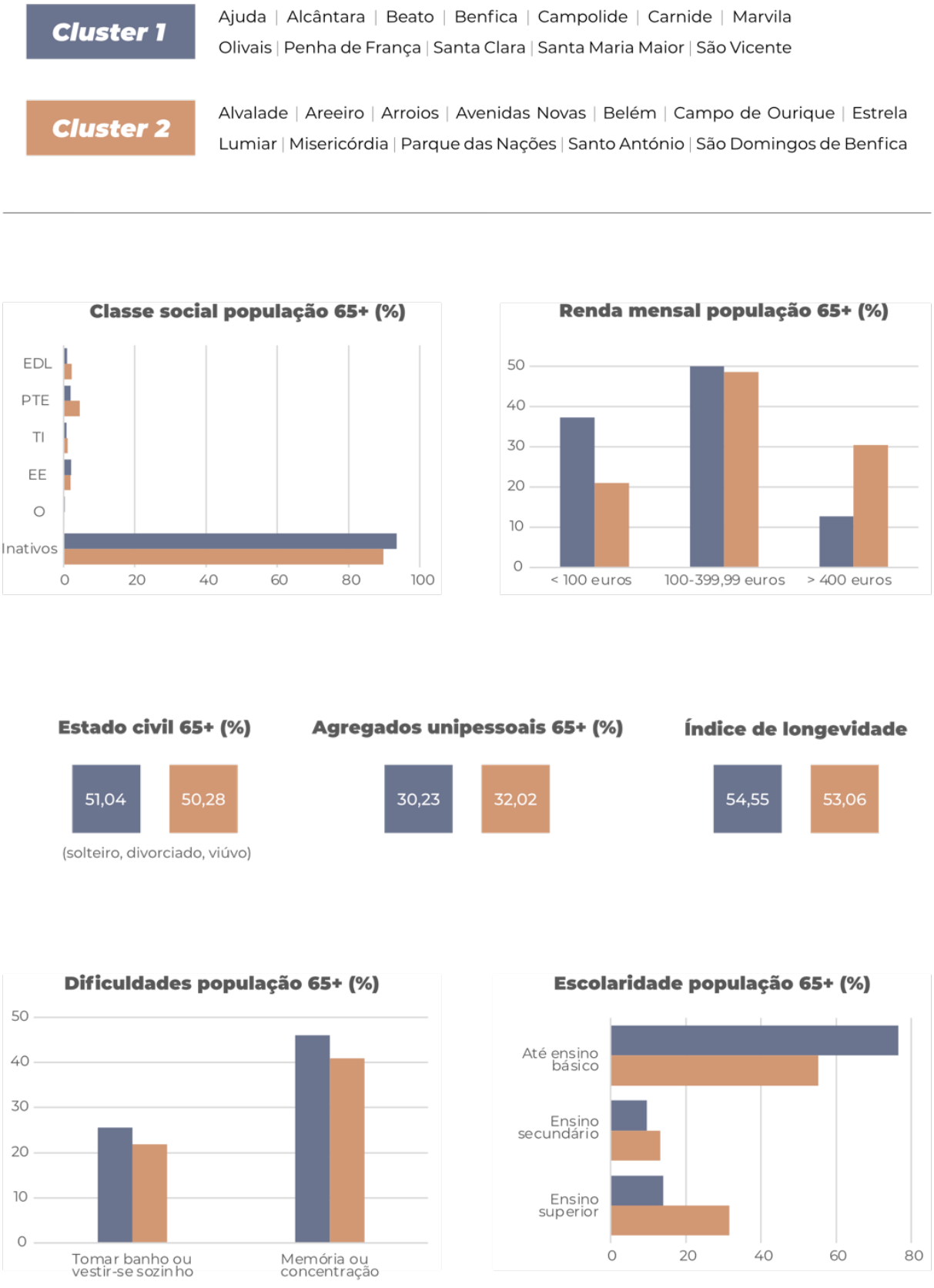
Ao observar-se ambos os *clusters* (Figura 4.1) poder-se-á concluir que, tanto no *cluster* 1 como no 2, a esmagadora maioria da população mais velha encontra-se inativa, ainda que no primeiro caso essa situação seja mais vincada (93,3% e 89,9%, respetivamente). Ainda assim, no *cluster* 2, a população que se encontra inserida no mercado de trabalho tende a inserir-se em classes de maior favorecimento e prestígio económico e social – EDL e PTE – em comparação com a população ativa do *cluster* 1. De forma coerente com estes traços, é também no *cluster* 2 que os valores das rendas mensais das habitações são mais elevados. Porém, em ambos os *clusters*, cerca de metade das rendas mensais encontra-se entre os cem e os quatrocentos euros.

As diferenças de capital cultural são igualmente díspares quando observado o nível de escolaridade completo dos urbanitas mais velhos de Lisboa. O *cluster* 1 apresenta níveis de habilitação literária inferiores aos do *cluster* 2, ainda que, em ambas as situações, mais de metade dos indivíduos tenha escolaridade até ao Ensino Básico (76,2% e 53,6%, respetivamente). Para além da população mais velha do *cluster* 2 ter maior expressão ao nível do Ensino Secundário completo, apresenta, igualmente, mais do dobro de indivíduos com o Ensino Superior (32,9%), em comparação com o *cluster* 1 (13,9%).

Ao contrário das medidas de caracterização sociodemográficas já descritas, os indicadores de capital social que sustentam a análise não evidenciam variações significativas entre as populações dos agrupamentos territoriais em referência. As pessoas solteiras, viúvas ou divorciadas representam cerca de metade do todo da população, e perto de 30% vivem sozinhas. Também em relação ao índice de longevidade os valores são idênticos entre *clusters.* Porém, no *cluster* 1 regista-se uma maior prevalência de pessoas com 65 ou mais anos que admitem ter dificuldades, quer ao nível da independência (tomar banho ou vestir-se sozinho), quer da destreza cognitiva (memória ou concentração).

Com base nas características dos *clusters,* anteriormente exploradas, avança-se com uma proposta de tipologia dos territórios – o *cluster* 1 corresponde a *Territórios de menor favorecimento* e o *cluster* 2, em oposição, a *Territórios de maior favorecimento*.

Figura 4.1 Caracterização dos *clusters*



Fonte: Elaboração própria

4.1.2. *Age-friendliness* dos territórios de Lisboa

De modo a medir a *age-friendliness* dos territórios de Lisboa, procedeu-se ao cruzamento (Anexo H.) entre os dois *clusters* previamente delimitados *(Territórios de menor* e *maior favorecimento*) e as dimensões de caracterização dos contextos *age-friendly*, isto é, *1)* Espaços/edifícios exteriores e habitação, *2)* Transportes*, 3)* Participação social/cultural, respeito e inclusão social, *4)* Participação cívica e emprego e *5)* Apoio comunitário e serviços de saúde (Tabela 3.2).

No que concerne à primeira dimensão – espaços/edifícios exteriores e habitação –, analisaram-se essencialmente indicadores de acessibilidade, nomeadamente se os edifícios estão preparados para a passagem de cadeira de rodas, se estão equipados com elevadores e se dispõem de estacionamento ou garagem. Em todos estes indicadores, os *Territórios de maior favorecimento* apresentaram melhores condições, quando comparados com os *Territórios de menor favorecimento.* Porém, em todos os cenários, o acesso não ultrapassou os 30%. A baixa incidência de instalações facilitadoras das acessibilidades permite concluir que há ainda espaço para melhorias na construção de respostas essenciais para os adultos mais velhos. Ainda nesta dimensão, observa-se que o valor médio mensal das rendas nas diferentes freguesias apresenta variações compatíveis com as diferenças de capital económico das pessoas residentes nas freguesias posicionadas em cada um dos dois *clusters*.

A dimensão dos transportes é assinalada pela literatura como elemento-chave para a propagação de atividades significativas por parte das pessoas mais velhas (WHO,2007a:20; van Hoof & Marston, 2021:5). O acesso a transportes públicos gratuitos para toda a população com 65 ou mais anos, residente em Lisboa, é, pois, uma política fundamental neste sentido, enquadrada na Visão Estratégica para a Mobilidade 2030 (CML,2020) e no Plano 2024/2028 da Cidade de Lisboa (CML,2024). Nesta dimensão, a disponibilização de estações de transportes públicos (metro e comboio), ainda que superior nos *Territórios de maior favorecimento*, não difere acentuadamente entre *clusters,* não ultrapassando, em média, duas estações de metro, e não chegando a uma estação de comboio, em média, por freguesia.

De modo a analisar os contextos em termos de participação social/cultural, respeito e inclusão social, foram explorados diferentes indicadores. A oferta de museus espalhados pela cidade mostrou ser relativamente satisfatória, ainda que estes estejam mais presentes nos *Territórios de maior favorecimento.* Tal *cluster* mostrou, igualmente, estar mais preparado para acolher esta população ao nível de respostas sociais como Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e de Serviços de Apoio Domiciliário (SAD). Por seu turno, os *Territórios de menor favorecimento* apresentam uma maior oferta de Centros de dia e de convívio. Por fim, contabilizaram-se dezassete universidades sénior nos *Territórios de maior favorecimento* e sete nos de *menor favorecimento*.

Em termos de participação cívica, e atendendo às últimas eleições legislativas de 2024, a respetiva taxa de abstenção foi superior nos *Territórios de menor favorecimento* (34,1%), *à verificada nos de*

maior favorecimento (27,6%). Ainda na dimensão da participação, aferiu-se a percentagem de população ativa com 65 ou mais anos em cada *cluster*, de modo a entender a expressão da sua permanência no mercado de trabalho e, eventualmente, diferenças relevantes na abertura local à continuação das atividades profissionais após a idade socialmente construída como de chegada à reforma. Assim, concluiu-se que, seja por falta de vontade por parte das próprias pessoas de prolongarem o seu tempo ativo no mercado de trabalho, ou por impedimentos diversos e falta de oportunidades, o número de pessoas mais velhas que permanecem economicamente ativa após os 65 anos é relativamente baixa na generalidade da cidade de Lisboa.

Por fim, o acesso e proximidade a serviços de saúde representam um fator primordial nas cidades amigas das pessoas mais velhas (Bosch-Meda,2021:6; WHO, 2015b:49). Neste sentido, o número de hospitais nos *Territórios de maior favorecimento* é mais do dobro do constatado no grupo de freguesias de Lisboa menos favorecidas; contudo, o número de Centros de Saúde e Unidades de Saúde Familiares (USF) não apresenta variações significativas nos diversos grupos territoriais da cidade, havendo, em média, duas respostas de serviços de saúde destas tipologias por freguesia.

Em suma, poder-se-á entender que existe uma relação mútua entre o capital que os indivíduos possuem e os contextos aos quais pertencem, já que se registam nos *Territórios de maior favorecimento* e nos *Territórios d*e *menor favorecimento* (delineados pela análise de *clusters*), respetivamente, melhores atributos contextuais, e maiores fragilidades na capacidade de responder aos desafios e oportunidades da presença acentuada de pessoas mais velhas na cidade – sendo que os territórios mais vulneráveis são, paradoxalmente, aqueles em que a necessidade de investimento e respostas públicas é mais premente.

4.2. Desigualdades no Desenho das Freguesias da Ajuda e de Alvalade

A ACM resultante das variáveis extraídas da observação sistemática das ruas da Ajuda e de Alvalade evidenciou a presença de duas dimensões centrais de distinção dos locais observados. No sentido de atribuir uma designação interpretativa às dimensões identificadas, procedeu-se a uma análise das medidas de discriminação resultantes da ACM (Anexo G.) e do peso de cada uma das variáveis em cada dimensão. Posto isto, as variáveis que mais contribuíram para a Dimensão 1 estão relacionadas com *mobilidade e bem-estar* e, no caso da Dimensão 2, destacaram-se variáveis associadas *a dinamismo, segurança e pessoas*. Ademais, ao analisar a Figura 4.2, relativa ao espaço delimitado pela ACM com as variáveis da observação social sistemática, é possível salientar dois perfis dominantes: um de maior favorecimento generalizado, em termos de oferta de equipamentos e infraestruturas, de espaços dinâmicos, seguros e potenciadores de bem-estar e, outro, com uma concentração de respostas bastante inferior, a traduzir maior vulnerabilidade, e com uma presença de pessoas mais velhas menos

acentuada. Ao projetar as freguesias no espaço definido pela ACM, poder-se-á situar Alvalade no primeiro perfil, de maior favorecimento, e a Ajuda no segundo e, portanto, num contexto relacional de desfavorecimento generalizado mais vincado (Figura 4.3).

A observação social sistemática possibilitou um entendimento mais aprofundado acerca do nível de *age-friendliness* dos espaços urbanos dos territórios da Ajuda e Alvalade, isto é, identificou eventuais barreiras, por um lado, e incentivos, por outro, para o usufruto pleno da vida no exterior por parte das pessoas mais velhas.

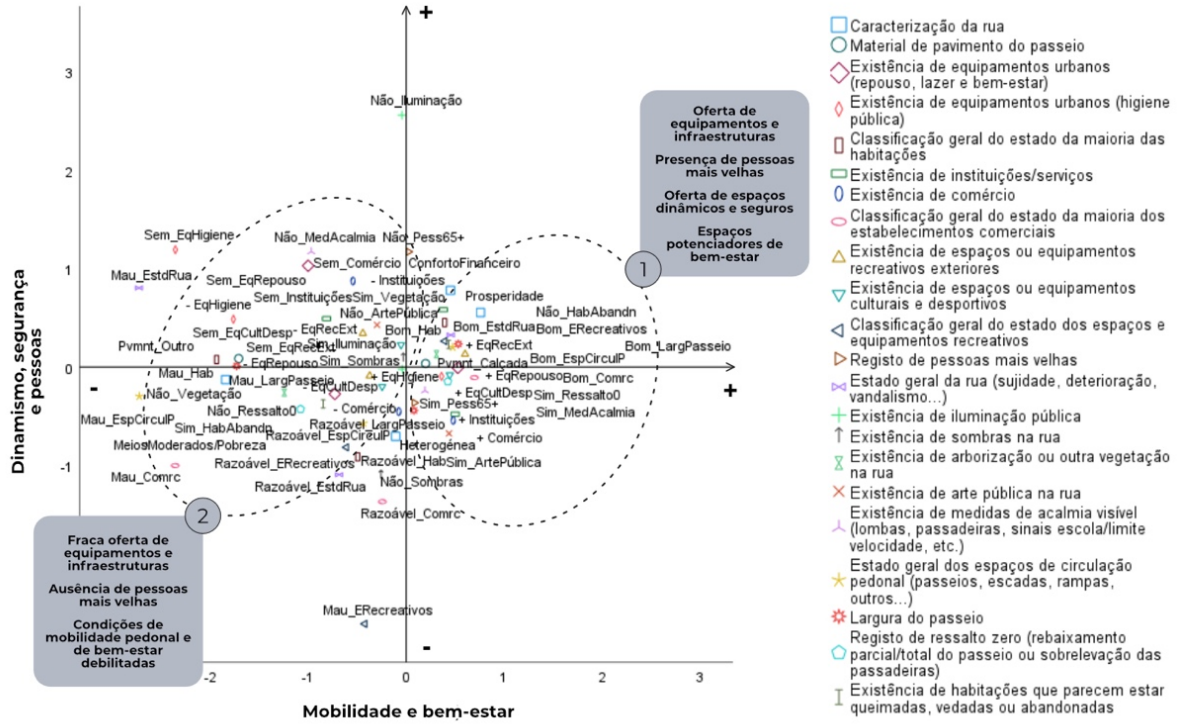
A mobilidade pedonal é um indicador-chave e multidimensional da análise e avaliação da qualidade dos ambientes físicos para a utilização das pessoas mais velhas; mais concretamente, evidencia em que medida cada localidade oferece cenários favoráveis para a deslocação a pé e, por sua vez, para a participação social no espaço público (WHO, 2015b:35; Almeida, 2016:2). Como reforçado por diversos autores, a existência de boas condições de mobilidade pedonal é essencial para esta população, não só porque permite a manutenção da sua independência funcional e saúde cognitiva, mas porque contribui igualmente para a redução do isolamento social e estimula e potencia a atividade física (Davern *et al.*, 2020:6; Satariano & Maus, 2018:33). Neste sentido, no que concerne ao estado geral dos espaços de circulação pedonal, apenas 53% das ruas observadas na freguesia da Ajuda estão em bom estado de manutenção. Por seu turno, cerca de 90% das ruas de Alvalade estão em boas condições.

Num outro aspeto, quanto à situação dominante da largura dos passeios, mais de metade (63%) dos passeios observados na freguesia da Ajuda têm uma largura razoável ou má[25]. Em contrapartida, a grande maioria (74%) dos passeios de Alvalade têm uma largura confortável para circulação, não se registando quaisquer situações negativas. Porém, em ambas as zonas observadas foi sinalizado um número considerável de ruas com obstáculos no passeio que prejudicam ou mesmo impedem a circulação de pessoas. Além disso, o registo de ressalto zero, isto é, o rebaixamento parcial/total do passeio ou sobrelevação das passadeiras de peões, está presente em quase todas as ruas de Alvalade, mas apenas em metade das da Ajuda. Por fim, é de salientar que, ainda que se registem esforços em ambas as freguesias para colocação de pavimentos alternativos à calçada portuguesa, mais seguros para o deslocamento nas ruas, estes são residuais em termos macro e a calçada portuguesa é, de facto, o pavimento dominante nas duas localidades.

Nas duas freguesias em destaque, da Ajuda e de Alvalade, foi possível observar pelo menos uma medida de acalmia visível nas respetivas ruas (70% e 90%, respetivamente). A principal medida observada remete para a existência de passadeiras ou sinalização para a passagem de peões.

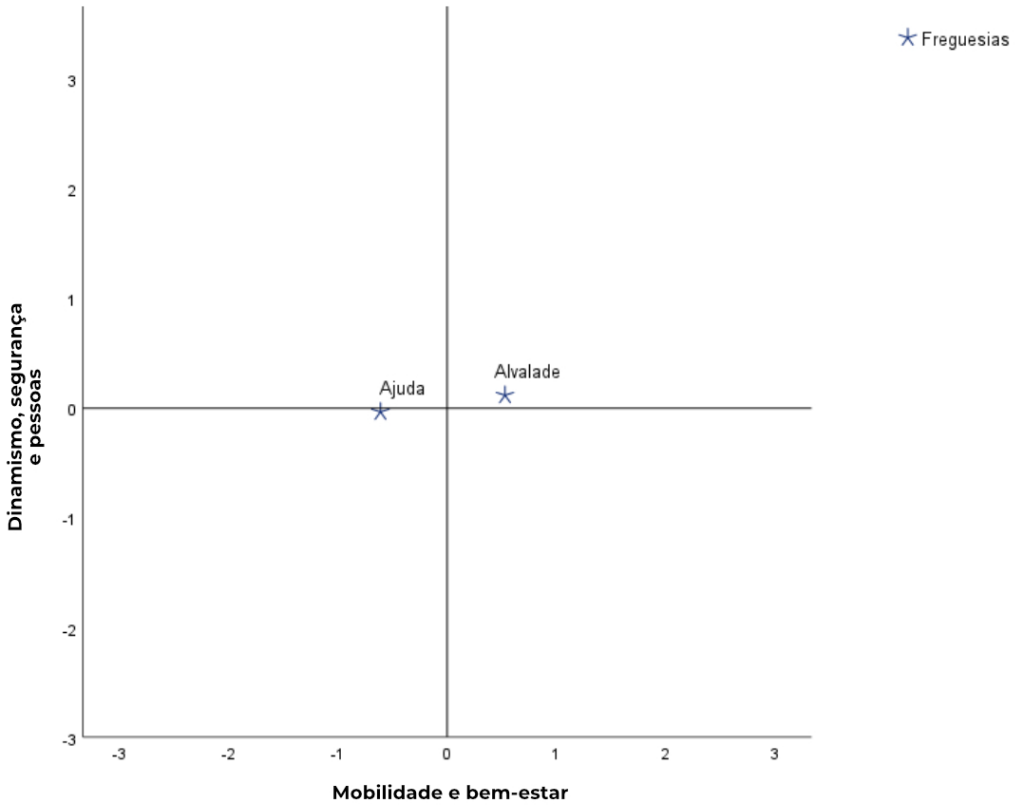
[25]Escala estabelecida segundo as orientações do *Manual de espaço público* da Câmara Municipal de Lisboa (2018:10-12), explícita no Anexo F. – Questionário de Observação Sistemática.

Figura 4.2 Ilustração do espaço delimitado pela ACM com as variáveis da observação sistemática social



Fonte: Elaboração própria

Figura 4.3 Projeção das freguesias no espaço delimitado pela ACM com as variáveis da observação sistemática social



Fonte: Elaboração própria

À parte dessa medida, não se registaram outras ações de prevenção em grande escala em termos de segurança pedonal: a existência de sinais de limite de velocidade e de tráfego, de lombas redutoras de velocidade ou outros pavimentos de acalmia e a presença de marcadores ou sinais de ciclovia não estão presentes em, pelo menos, metade das ruas observadas. A inexistência destes mecanismos preventivos podem contribuir para fomentar a sensação de insegurança nos espaços físicos exteriores por parte das pessoas mais velhas. Ainda assim, Alvalade tem quase o dobro de medidas nas suas ruas, comparando com as existentes na freguesia da Ajuda.

Em termos de bem-estar e dinamismo urbano, ambas as freguesias tinham arborização ou outra vegetação nas ruas (ainda que Alvalade tivesse mais expressão neste sentido), indicador apresentado como fundamental para a *age-friendliness* dos espaços, por estes serem elementos atrativos para a fruição do exterior por parte dos mais velhos e, para além disso, centrais na regulação climatérica dos ambientes e, consequentemente, mais confortáveis e seguros para uma população mais vulnerável às condições térmicas (van Hoof *et al.*, 2021: 10-11). Ainda na lógica de bem-estar público, registaram-se sombras na generalidade das ruas de ambas as freguesias, constatando-se igualmente que estas estavam devidamente equipadas de iluminação pública – cruciais para a segurança dos mais velhos (WHO, 2017a:19,32). Por fim, observou-se uma vontade de dinamizar os espaços através da existência de arte pública, apesar de diferenças notórias: esta é visível em metade das ruas observadas de Alvalade e apenas num quinto das ruas da Ajuda.

Numa noutra dimensão, o estado, qualidade e desenho dos ambientes exteriores podem condicionar a disposição das pessoas mais velhas para saírem à rua e, por sua vez, influenciar as suas perceções de (in)segurança (De Donder *et al*., 2013:930-1; Yen *et al.*,2014:19), pelo que foi importante aferir situações de negligência, abandono e desordem física. Posto isto, observou-se o estado geral das ruas da Ajuda e de Alvalade atendendo a fatores como sujidade, deterioração, vandalismo, meio envolvente e inclinação. No primeiro caso, só metade das ruas se encontrava em bom estado; já em Alvalade, praticamente todas as ruas (90%) apresentavam boas condições. No que concerne a existência de lixo e resíduos no espaço público, especificamente, ambos os casos se apresentam condições satisfatórias, com a generalidade das ruas relativamente limpas e livres de lixo. Todavia, mais de metade (63,2%) das ruas observadas na Ajuda apresentava pelo menos uma situação de habitações que pareciam estar queimadas, vedadas ou abandonadas, enquanto em Alvalade registaram-se apenas três casos/ruas (15,8%).

Nesta sequência, a habitação e respetivas condições poderão traduzir desigualdades sociais em desigualdades na saúde, sendo, portanto, uma componente medular na qualidade de vida dos adultos mais maduros e, por conseguinte, basilar na aplicação de uma estratégia *age-friendly* (WHO, 2017a:40). Os prédios (até quatro pisos) apresentaram-se como o tipo de habitação mais frequente em ambas as freguesias, e a classificação geral do estado de quase metade das habitações da Ajuda é

razoável (47,4%), enquanto em Alvalade é maioritariamente considerado bom (78,9%). Porém, como visto no subcapítulo anterior, as habitações de Lisboa não estão, na generalidade, devidamente equipadas em termos de acessibilidade (cadeira de rodas, elevadores e estacionamento e garagens).

A presença e o acesso a equipamentos urbanos são elementos fundamentais para uma cidade amiga de todas as idades. Alguns deles, como é o caso de equipamentos de repouso, lazer e bem-estar, poderão ser ainda mais primordiais para a qualidade de vida dos adultos mais velhos no exterior (Bosch-Meda,2021:3; WHO,2007). Neste contexto, Alvalade sobressai, uma vez mais, por ter uma maior oferta de respostas: 75% das ruas observadas têm uma distribuição favorável, isto é, acima da média, de equipamentos diversificados. Por seu turno, foram observadas quatro ruas na freguesia da Ajuda sem qualquer tipo de equipamentos de repouso, lazer e bem-estar (o que corresponde a 20% do total), enquanto nas restantes ruas se observam ora situações onde a presença dessas instalações é diminuta (40%), ora adequada (40%). Mais concretamente, e sublinhando equipamentos particularmente importantes para o bem-estar dos mais velhos, 90% das ruas de Alvalade têm pelo menos um banco, cadeira e mesa à disposição; no caso da Ajuda estes só estão disponíveis em metade das ruas observadas. No que concerne à disponibilização de bebedouros, só metade das ruas de Alvalade estão equipadas, mas na freguesia da Ajuda são praticamente inexistentes. As casas de banho públicas, um outro equipamento enunciado como essencial, foi registado apenas uma vez na totalidade das quarenta observações (na freguesia da Ajuda), representando, portanto, uma grande falha a colmatar pelos desenhadores do espaço público.

No subcapítulo anterior, os transportes (metro e comboio) pareceram ficar aquém em termos de quantidade de oferta de estações. Em contrapartida, através dos resultados da observação social sistemática foi possível entender que os autocarros são o meio de transporte público mais difuso/espalhado pela cidade e, portanto, mais fácil de aceder, havendo, inclusive, carreiras de bairro[26]. No caso específico da Ajuda, este é o único transporte público disponível, não havendo quaisquer estações de metro ou comboio.

O acesso a instituições, serviços e comércio, indicador fulcral para a atratividade e dinamização dos locais também demonstrou ser distinto nas freguesias em análise: dezanove das vinte ruas de Alvalade dispõem de pelo menos uma instituição, serviço ou comércio, em oposição à Ajuda onde tais instalações apenas são avistadas em cerca de metade das ruas. No que se refere ao acesso a equipamento recreativos exteriores para usos culturais e desportivos, em ambas as localidades a oferta é relativamente limitada quando observada rua a rua. Porém, 75% das ruas de Alvalade dispõem de um parque ou jardim na sua constituição, além disso na freguesia encontramos o complexo desportivo do INATEL – o Estádio 1º de Maio – um ícone da cidade de Lisboa.

[26]Carreiras de Bairro (Carris), disponível em: https://www.carris.pt/viaje/carreiras-de-bairro/

Numa análise mais ampla, metade das ruas tanto da Ajuda como de Alvalade caracterizaram-se por serem heterógenas (ou seja, tendo a diversidade como traço comum). Todavia, a restante metade, mais homogénea se considerada de forma isolada, divergiu grandemente em termos de caracterização e condições espaciais: se em Alvalade os restantes registos se direcionavam para situações de riqueza/prosperidade e conforto financeiro (45%), na freguesia da Ajuda a tendência foi a contrária, com mais situações precárias e vulneráveis. Alvalade é, há muitos anos, um bairro com história, convidativo e conhecido como símbolo da Lisboa Moderna (Carvalho,2018:154). A Ajuda, por seu turno, pode ser caracterizada na atualidade como uma zona em transformação, sob pressão: a observação social sistemática identificou indicadores de investimento imobiliário na freguesia, muito dele numa lógica de luxo, inclusive, em forte contraste com outros espaços tradicionais, que parecem parados no tempo, muito envelhecidos, danificados ou até mesmo abandonados[27]. Em ambas as freguesias encontra-se, contudo, um certo sentido de bairro, de proximidade e familiaridade.

Assim sendo, poder-se-á concluir que a freguesia de Alvalade é mais *age-friendly* do que a da Ajuda, e talvez seja por esse motivo que se observa um maior fluxo de pessoas mais velhas nas ruas da primeira freguesia, apesar de a Ajuda ter um índice de envelhecimento mais elevado nos dias de hoje. De qualquer das formas, ainda que Alvalade possa ser vista como um exemplo de como a cidade pode estar desenhada para acolher os mais velhos (Carvalho, 2015 e 2018), também nesta freguesia mais favorecida persistem situações pouco amigas desta população, sendo necessária uma atenção profunda e contínua por parte das políticas públicas, de forma a adaptar a cidade, para que todas as pessoas que nela residem possam tirar proveito da mesma de forma digna, e se sintam cidadãos de plenos direitos.

A cidade não deve ser vista como algo estático, deve servir continuamente os seus residentes, atendendo à sua diversidade, e adaptando-se constantemente. Deve ser, então, um espaço de encontro com sentido de comunidade, direcionado para a integração e visto como um palco de oportunidades para todos.

[27]Artigo assinado por Frederico Raposo (2021), dando conta do desmantelamento de coletividades tradicionais, em breve substituídas por empreendimentos imobiliários dirigidos a novos habitantes, em tudo diferentes das pessoas que ali têm residido. Disponível em: https://amensagem.pt/2021/05/05/lisboa-ajuda-bairro-tradicional-em-mudanca-gentrificacao/

Considerações Finais

Este estudo procurou analisar em que medida Lisboa poderá ser considerada uma *Age-Friendly City.* Mais concretamente, aferir se o desenho da política social da cidade está, ou não, orientado para a velhice com dignidade. Como tal, a investigação teve por base uma triangulação de métodos, operacionalizando análises de pendor quantitativo e qualitativo.

As análises efetuadas permitiram a identificação de dois *clusters* territoriais, isto é, de perfis de freguesias à escala do concelho de Lisboa, tendo como alicerces da sua constituição indicadores de capital individual (das pessoas com 65 ou mais anos residentes no concelho) e indicadores de caracterização da metrópole. Os dois perfis de freguesias assinalam clivagens entre *territórios de menor favorecimento* (representados no estudo de caso compreensivo pela freguesia da Ajuda) e *territórios de maior favorecimento* (representados por Alvalade). A observação social sistemática destas freguesias, possibilitou um entendimento do desenho urbano dos territórios e permitiu uma captação mais aprofundada da complexidade das sinergias e dos campos de possibilidades disponíveis no espaço público da capital.

Os resultados da investigação confirmaram a importância da velhice enquanto realidade e vivência multidimensional, com diferentes expressões, e, consequentemente, a necessidade de a sociedade no seu todo – governos, *policy makers*, associações e sociedade civil – reconhecer e, nas suas práticas, atribuir a devida relevância às pessoas que vivenciam a fase mais tardia de vida.

Adicionalmente, e como defendido por Lui *et al.* (2009:120), o estudo veio clarificar que o bem-estar na velhice vai além do estado físico e da saúde favorável dos indivíduos. Os resultados permitem defender que as intervenções de resposta ao envelhecimento − sejam elas orientadas para atenuar os desafios impostos pelas *mortes do ser social, perante o espelho,* seja *como destruição do estilo de vida* (Teixeira Fernandes, 2005: 230-1) ou para o potenciar de oportunidades − devem ser desenhadas de forma a atender às necessidades, capacidades, ambições e propósitos das pessoas mais velhas de acordo com diferentes perfis sociais e padrões de vida (Mauritti, 2004:361; Del Barrio *et al.*,2018:6). Dever-se-á, pois, não só reconhecer a diversidade da nova geração de pessoas mais velhas, como celebrá-la e concretizá-la em medidas e contextos que valorizem as suas experiências e características.

O estudo permitiu ainda confirmar a relação intrínseca entre as diferentes formas de capital (social, económico, cultural e de saúde) das pessoas mais velhas e os contextos relacionais onde se inserem (Bourdieu, 1986; Schneider-Kamp, 2021:212). Os resultados evidenciam, igualmente, a vulnerabilidade do capital social desta população. Ora, precisamente, o capital social constitui uma dimensão estruturante e inerente das comunidades amigas das pessoas mais velhas – contextos sociais preparados para todas as pessoas, independentemente das suas condições de existência. Este conceito

enquadra o questionamento sobre qual deverá ser o papel das políticas públicas à escala local de forma a incentivar a construção de ambientes sociais plenamente *age-friendly*. Pressupondo que a política local tem um papel influente e preponderante no incremento e reforço do capital social das comunidades, a gestão municipal deverá centrar-se no desenho e implementação de políticas públicas que promovam relações de sociabilidade inter e intra geracionais, valorizadoras das pessoas mais velhas, da sua participação cívica e cultural e de atividades promotoras de bem-estar.

Na conclusão deste estudo, e em resposta à pergunta de partida[28], avança-se com uma proposta, assente em cinco prioridades que se interligam, para a adequação das políticas públicas de gestão municipal investidas na criação de comunidades inclusivas, onde todas as pessoas possam, de uma maneira ou de outra, experienciar um envelhecimento ativo, saudável e digno (Buffel & Phillipson, 2018:180-2; Greenfield,2018:44; Rémillard-Boilard *et al.*,2021:8). Como Chao (2018:4-5) procura alertar, dever-se-á ter atenção ao eventual desfasamento entre aquilo que se pensa sobre a velhice e as pessoas mais velhas e a realidade; tal implica, nomeadamente *1)* que os decisores políticos considerem a heterogeneidade que caracteriza esta população, evitando a criação de medidas uniformes, padronizadas e cristalizadas no tempo. Ainda neste sentido, *2)* ter em conta que as desigualdades sociais e os seus efeitos sistémicos e cumulativos persistem com o desenrolar da idade.

Ademais, *3)* reconhecer que as pessoas mais velhas devem poder participar no desenvolvimento de investigação e no processo de desenho de políticas dentro desta área, orientadas para a criação de respostas que procuram, efetivamente, melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida (Sanz,2015:2; Loos *et al.*, 2020:6). Uma outra prioridade, passa por *4)* adaptar os contextos sociais, nomeadamente presentes no espaço público, de modo a que os mais velhos se sintam encorajados e motivados para participar nos ambientes exteriores, possibilitando uma maior *social connectedness*, através de um prolongamento de atividades diversas socialmente significativas e com valor para os próprios, e cujo limite de possibilidades que oferecem vá além do que é delimitado pelas infraestruturas e locais onde residem (Kemperman et al., 2019:3; Buffel *et al.*:2012b).

Por fim, dever-se-á *5)* procurar fomentar uma lógica de investigação colaborativa e, eventualmente, de *policy change,* no sentido de enriquecer e fortalecer o conhecimento e as estratégias em torno da velhice e do envelhecimento, a uma escala global (WHO:2018:21).

Equacionando a continuação deste trabalho, poder-se-á aplicar o instrumento metodológico aqui desenvolvido a uma escala maior, isto é, alargar a incidência territorial da investigação e tentar perceber, através de um estudo comparado, que outras diferenças e semelhanças se encontrariam a um nível macro, quer no plano nacional, quer internacional.

[28] *Perante a intensificação da concentração de pessoas mais velhas a residir em meio urbano, como se deverá adequar as políticas sociais e restantes respostas, de modo a promover e assegurar uma velhice com dignidade em contexto metropolitano*?

Como identificado anteriormente, o capital social dos indivíduos aparenta ser o mais fragilizado; as respostas sociais são, igualmente, as que mais entraves parecem ter na respetiva medição, geralmente agravado pelo facto de só existirem dados relativos a respostas tradicionais. Num possível prolongamento deste estudo seria interessante fazer um levantamento e mapeamento aprofundado de respostas e intervenções emergentes e inovadoras que vêm sendo ensaiadas em diversas vertentes associadas ao envelhecimento e velhice, como é o caso da *Pedalar Sem Idade Portugal*[29] (associação que procura colmatar lacunas relacionais entre os mais velhos, combatendo o isolamento e solidão desta população através de passeios de *trishaw*), ou d'*A Avó Veio Trabalhar*[30] (associação que promove uma nova imagem do que é ser-se mais velho e da vida ativa na fase tardia de vida, segundo uma lógica intergeracional e comunitária).

Por fim, seria enriquecedor complementar a metodologia presente neste trabalho com entrevistas direcionadas, quer a diferentes *policy makers* – de modo a entender, de forma mais aproximada, o que está a ser feito nesta área à escala governamental e quais as verdadeiras ambições presentes na agenda política –, quer entrevistar as próprias pessoas mais velhas, para captar realmente as suas necessidades, preocupações, limitações, desejos e ambições.

Nas sociedades envelhecidas, o processo de envelhecimento e a velhice são temas que carecem de uma atenção política e adaptação constantes, de modo a assegurar que todas as pessoas, as que se encontram na fase de vida mais tardia e as que para lá caminham, poderão viver os seus últimos anos com dignidade plena. Nesse contexto, este trabalho pretende inscrever-se no processo de debate e reflexão sobre esta matéria, contribuindo, na medida do possível, para a problematização, aprofundamento e aprimoramento de políticas públicas e intervenções transversais, que contemplem a diversidade e o caráter dinâmico do espaço urbano – repensando a cidade e respostas sociais nela existentes, com o objetivo de caminhar para sociedades com um maior sentido de integração e comunidade, orientadas para um futuro plural, diverso e amigo de todas as idades. Este estudo e respetiva metodologia pode, então, ser utilizado como instrumento (entre outros) de análise e reflexão territorial, tendo em vista a elaboração e posterior implementação de políticas públicas que contemplem os múltiplos constrangimentos, necessidades e oportunidades associados ao processo de envelhecimento; tendo presente que o grau de desenvolvimento de uma comunidade se manifesta na capacidade e esforço para incluir todos os seus residentes, sendo assim indissociável da promoção, sem estigmas, de uma velhice com dignidade.

[29]Pedalar Sem Idade Portugal. Disponível em: https://pedalarsemidadeportugal.pt/

[30]A Avó Veio Trabalhar. Disponível em: https://www.fermenta.org/pt/

Fontes

Câmara Municipal de Lisboa (2023). Lisboa É "Cidade Com Vida Para Todas As Idades". Disponível em: https://www.lisboa.pt/atualidade/noticias/detalhe/lisboa-e-cidade-com-vida-para-todas-as-idades

Diário da República I, n.º 133, de 12/06/1978 (Lei n.º 29/78), (retificada em Diário da República n.º 153/78, de 06/07)

Eurostat (2022). Proportion of population aged 65 and over, Population and Social Conditions, [Consult. 14 dez. 2022]. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00028/default/table?lang=en

EurWORK (2018). Active Ageing, [Consult. 26 fev. 2023]. Disponível em: https://www.eurofound.europa.eu/observatories/eurwork/industrial-relations-dictionary/active-ageing

Resolução n.º46/91, Assembleia Geral da ONU, de 16 de dezembro de 1991

Resolution No. A/RES/217(III)A, adopted by the General Assembly on 10 December 1948. (1948). Universal Declaration of Human Rights [Declaração Universal dos Direitos Humanos], General Assembly Official Records, 3rd Session, 71-79

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2023). Promoção de políticas integradas para a longevidade. Disponível em: https://lxcti.scml.pt/

Referências bibliográficas

Abramson, C. (2016). Unequal Ageing: Lessons from Inequality's End Game. Public Policy & Aging Report, 26(2), 68-72. https://doi.org/10.1093/ppar/prw006

Almeida, M. F. (2016). Age-Friendly Walkable Urban Spaces: A Participatory Assessment Tool. *Journal of Housing for the Elderly*, 30(4), 396-411. https://doi.org/10.1080/02763893.2016.1224791

Ariaans, M., Linden, P., & Wendt, C. (2021). Worlds of long-term care: A typology of OECD countries. *Health Policy*, 125(5), 609-617. https://doi.org/10.1016/j.healthpol.2021.02.009

Bandeira, M. L., Azevedo, A. B., Gomes, C. S., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Baptista, M. I., Moreira, M. J. G. (2014). *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011: Evolução e Perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Bayer, T., Tadd, W., & Krajcik, S. (2005). Dignity: The voice of older people. *Quality in Ageing and Older Adults*, 6(1), 22–29. https://doi.org/10.1108/14717794200500005

Bloom, D. E., Chatterji, S., Kowal, P., Lloyd-Sherlock, P., McKee, M., Rechel, B., Rosenberg, L., & Smith, J. P. (2015). Macroeconomic implications of population ageing and selected policy responses. *Lancet (London, England)*, *385*(9968), 649–657. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)61464-1.

Bosch-Meda, J. (2021). Is the Role of Urban Planning in Promoting Active Ageing Fully Understood? A Comparative Review of International Initiatives to Develop Age-Friendly Urban Environments. *ACE: Architecture, City and Environment*, 16(47). http://dx.doi.org/10.5821/ace.16.47.10337

Boudiny, K. (2013). 'Active ageing': from empty rhetoric to effective policy tool. *Ageing and Society*, 33(6), 1077–1098. https://doi.org/10.1017/S0144686X1200030X

Boudiny, K., & Mortelmans, D. (2011). A critical perspective: Towards a broader understanding of 'Active Ageing'. *Electronic Journal of Applied Psychology*, 7(1), 8–14.

Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. In J. Richardson (Ed.), Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education (pp. 241-258). New York.

Bourdieu, P. (2002 [1984]). *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit.

Buffel, T., & Phillipson, C. (2018). A Manifesto for the Age-Friendly Movement: Developing a New Urban Agenda. *Journal of Aging & Social Policy*, 30(2), 173-192. https://doi.org/10.1080/08959420.2018.1430414

Buffel, T., Phillipson, C., & Scharf, T. (2012). Ageing in urban environments: Developing 'age-friendly' cities, *Critical Social Policy,* 32(4), 597–617. https://doi.org/10.1177/0261018311430457

Buffel, T., Verté, D., De Donder, L., De Witte, N., Dury, S., Vanwing, T., & Bolsenbroek, A. (2012). Theorising the relationship between older people and their immediate social living environment. *International Journal of Lifelong Education*, 31(1), 13-32. https://doi.org/10.1080/02601370.2012.636577

Cabral, M. V., Ferreira, P. M., Silva, P. A. da, Jerónimo, P. G., & Marques, T. (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Câmara Municipal de Lisboa (2018). *Lisboa: o Desenho da Rua – Manual de espaço público*.

Câmara Municipal de Lisboa (2020). *MOVE LISBOA: Visão Estratégica para a Mobilidade 2030.*

Câmara Municipal de Lisboa (2024). *Grandes Opções do Plano 2024/2028 da Cidade de Lisboa.*

Campbell, D. T., & Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin*, 56(2), 81-105. https://doi.org/10.1037/h0046016

Canhão, H., Gil, A. P., Barros, P. P., & Branco, J. C. (coord) (2022). *Desafios do Envelhecimento para a Saúde, a Economia e a Sociedade.* Princípia Editora.

Capucha, L. (2014). Envelhecimento e Políticas Sociais em Tempos de Crise, *Sociologia. Problemas e Práticas*, 74, 113-131. https://doi.org/10.7458/SPP2014743203

Cardoso, S., Dias, M. H., Baptista, M. I., & Clemente, S. (2012). Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990 - 2008). *Análise Social*, 47(204), 606-630. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2012204.05

Carmo, R. M. (2021). Social inequalities: theories, concepts and problematics, *SN Social Sciences*, 1(116). https://doi.org/10.1007/s43545-021-00134-5

Carvalho, A. (2014). Habitação para idosos em Lisboa: de colectiva a assistida. O caso de Alvalade. *Prémio André Jordan, Confidencial Imobiliário*. 11-22.

Carvalho, A. (2015). Alvalade, Lisbon: towards an optimistic ageing in place. *International Conference Optimistic Suburbia - Large housing complexes for the middle-class beyond Europe Lisbon.*

Carvalho, A. (2018). Reuse of Modernist Buildings: pedagogy and profession: Alvalade Neighbourhood: once modern never old (but age-friendly). *Joelho - Journal of Architectural Culture*, 9, 152-170. https://doi.org/10.14195/1647-8681_9_9

Carvalho, H. (2008). *Análise multivariada de dados qualitativos: utilização da análise de correspondências múltiplas com o SPSS*. Edições Sílabo.

Chao, T.-Y. S. (2018). *Planning for Greying Cities: Age-friendly City Planning and Design Research and Practice*. Routledge. Taylor & Francis Group.

Clancy, A., Simonsen, N., Lind, J., Liveng, A., & Johannessen, A. (2021). The meaning of dignity for older adults: A meta-synthesis. *Nursing Ethics*. 28(6), 878-894. https://doi.org/10.1177/0969733020928134

Correia, A. F., Pereira, E., & Costa, D. (2016). De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal?. *Análise Social*, 51(219), 366-401.

Correia, A. F., Pereira, E., & Costa, D. (2022). Uma década de políticas sociais de velhice em Portugal: Trajetórias e opções de 2006 a 2015. *SOCIOLOGIA ON LINE*, 29, 11-37 https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2022.29.1

Costa, A. F. (1998). Classificações Sociais. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, 3(2), 65-75.

Costa, A. F. (2012). Desigualdades Globais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 9-32 https://doi.org/10.7458/SPP201268691

Costa, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. In A. F. Costa, F. L. Machado & P. Ávila (Eds.), *Sociedade e Conhecimento: Portugal no Contexto Europeu,* 2, (pp.5–20). Celta Editora.

Daniel, F. (2006), O Conceito de Velhice em Transformação. *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*, *6*(10), 113-122.

Dannefer, D., Han, C., & Yu, J. (2022), Inequality across time: social change, biography, and the life course. In M. Nico & G. Pollock. *The Routledge Handbook of Contemporary Inequalities and the Life Course*. Routledge, Taylor & Francis Group.

Davern, M., Winterton, R., Brasher, K., & Woolcock, G. (2020). How Can the Lived Environment Support Healthy Ageing? A Spatial Indicators Framework for the Assessment of Age-Friendly Communities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(20), 7685. https://doi.org/10.3390/ijerph17207685

De Donder, L., Buffel, T., De Witte, N., Dury, S., & Verté, D. (2013). Perceptual Quality of Neighbourhood Design and Feelings of Unsafety in Later Life. *Ageing & Society*, 33, 917–937.

Del Barrio, E., Marillas, S., Buffel, T., Smetcoren, A. S., & Sancho, M. (2018). From Active Aging to Active Citizenship: The Role of (Age) Friendliness. *Social Sciences*, *7*(8), 134. https://doi.org/10.3390/socsci7080134

Denzin, N.K. (2009). *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315134543

European Anti Poverty Network (2022). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal - Relatório 2022*. Observatório Nacional da Luta Contra a Pobreza.

European Commission (2020). *European Commission Report on the Impact of Demographic Change*

Eurostat (2020a). *Ageing Europe: Looking at the Lives of Older People in the EU: 2020 Edition*. Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2785/628105

Eurostat (2020b). *The UE in the World: 2020 Edition.* Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2785/932944

Fernandes, A. A. (2001). Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 36, 39-52.

Fonseca, A. M. (2018). *Boas Práticas de Ageing in Place. Divulgar para valorizar: Guia de Boas Práticas*. Fundação Calouste Gulbenkian. Faculdade de Educação e Psicologia. Universidade Católica Portuguesa.

Foster, L., & Walker, A. (2015). Active and Successful Aging: A European Policy Perspective. *The Gerontologist*, 55(1), 83-90. https://doi.org/10.1093/geront/gnu028

Gerring, J. (2004). What Is a Case Study and What Is It Good for?. *American Political Science Review*, 98(2), 341-354. https://doi.org/10.1017/S0003055404001182

Greenfield, E. A. (2012). Using ecological frameworks to advance a field of research, practice, and policy on aging-in-place initiatives. *The Gerontologist*, *52*(1), 1–12. https://doi.org/10.1093/geront/gnr108

Greenfield, E. A. (2018). Age-Friendly Initiatives, Social Inequalities, and Spatial Justice. *The Hastings Center Report 48, Suppl 3*, S41–S45. https://doi.org/10.1002/hast.912

Greenfield, E. A., & Buffel, T. (2022). Age-friendly cities and communities: Research to strengthen Policy and Practice. *Journal of Aging & Social Policy, 34*(2), 161–174. https://doi.org/10.1080/08959420.2022.2049573

Instituto Nacional de Estatística (2022), *Censos 2021 Resultados Definitivos – Portugal.* INE I.P.

Johnson, R. B., Onwuegbuzie, A. J., & Turner, L. A. (2007). Toward a definition of mixed-methods research. *Journal of Mixed-Methods Research*, 1(2), 112–133. https://doi.org/10.1177/1558689806298224

Kemperman, A., van den Berg, P., Weijs-Perrée, M., & Uijtdewillegen, K. (2019). Loneliness of Older Adults: Social Network and the Living Environment. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *16*(3), 406. https://doi.org/10.3390/ijerph16030406

Lawton, M. P., & Nahemow, L. (1973). Ecology and the aging process. In C. Eisdorfer & M. P. Lawton (Eds.), *The psychology of adult development and aging* (pp. 619–674). American Psychological Association. https://doi.org/10.1037/10044-020

Lenoir, R. (1996). Objeto sociológico e problema social. In P. Champagne, R. Lenoir, D. Merllié, & L. Pinto (Eds.), *Iniciação à Prática Sociológica* (pp. 59-106). Editora Vozes.

Lima, M. P. (2010). *Envelhecimento(s)*: *Estado da Arte.* Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0355-1

Loos, E., Sourbati, M., & Behrendt, F. (2020). The Role of Mobility Digital Ecosystems for Age-Friendly Urban Public Transport: A Narrative Literature Review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*(20), 7465. https://doi.org/10.3390/ijerph17207465

Lopes, A., & Lemos, R. (2012). Envelhecimento Demográfico: Percursos e Contextos de Investigação na Sociologia Portuguesa Sociologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2, 13-32.

Lopes, M.; Fonseca, C; Pinho, L. G.; Goes, M. M.; Rodrigues, A. M. (2022). Cuidados à pessoa com multimorbilidade e dependência: a mudança de paradigma necessária. In H. Canhão, A. P. Gil, P. P. Barros, J. C. Branco (Coord.), *Desafios do Envelhecimento para a Saúde, a Economia e a Sociedade* (pp. 13-39). Princípia Editora.

Lui, C. W., Everingham, J. A., Warburton, J., Cuthill, M., & Bartlett, H. (2009). What makes a community age-friendly: A review of international literature. *Australasian Journal on Ageing*, 28(3), 116-121. https://doi.org/10.1111/j.1741-6612.2009.00355.x

Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. *Mulemba – Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5(9), 297-318.

Machado, F. L., Costa, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Casanova, J. L., & Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 66. 45-80.

Machado, P. (2022). Os desafios do *habitat* urbano para a população mais velha. In H. Canhão, A. P. Gil, P. P. Barros, J. C. Branco (Coord.), *Desafios do Envelhecimento para a Saúde, a Economia e a Sociedade* (pp. 157-171). Princípia Editora.

Maia, C. (2021). Perceções de envelhecimento e construção social da velhice. In J. Pinheiro (Coord.), *Olhares sobre o envelhecimento. Estudos interdisciplinares* (Vol.1, pp. 169-178). Centro de Desenvolvimento Académico, Universidade da Madeira.

Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS statistics* (7ª ed). Report Number.

Martins, R., Carvalho, N., Batista, S., & Dinis, A. (2022). Falls in Elderly: Study of the Prevalence and Associated Factors, *European Journal of Development Studies*, 2(3), 12-17. https://doi.org/10.24018/ejdevelop.2022.2.3.92

Mauritti, R. (2004). Padrões de vida na velhice. *Análise Social*, 39(171), 339-363.

Mauritti, R. (Coord.), Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M. C., Nunes, N., & Silva, S. F. (2022). *Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses.* Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Nussbaum, M. (2003). Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. *Feminist Economics*, 9(2-3), 33-59. https://doi.org/10.1080/1354570022000077926

Odgers, C. L., Caspi, A., Bates, C. J., Sampson, R. J., & Moffitt, T. E. (2012). Systematic social observation of children's neighborhoods using Google Street View: a reliable and cost-effective method. *Journal of child psychology and psychiatry, and allied disciplines*, *53*(10), 1009–1017. https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2012.02565.x

Odgers, CL., Bates, CJ., Caspi, A., Sampson, RJ and Moffitt, TE. (2009). *Systematic social observation inventory – tally of observations in urban regions (SSO i-Tour)*. Adaptlab Publications.

Organisation for Economic Co-operation and Development (2015). *Ageing in Cities*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/9789264231160-en

Organisation for Economic Co-operation and Development (2022). *OECD Regions and Cities at a Glance 2022*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/14108660-en

Organisation for Economic Co-operation and Development (2023). *Health at a Glance 2023: OECD Indicators*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/7a7afb35-en

Padeiro, M., de São José, J., Amado, C., Sousa, L., Roma Oliveira, C., Esteves, A., & McGarrigle, J. (2022). Neighborhood Attributes and Well-Being Among Older Adults in Urban Areas: A Mixed-Methods Systematic Review. *Research on aging*, *44*(5-6), 351–368. https://doi.org/10.1177/0164027521999980

Pereirinha, J. (Coord.), Pereira, E., Branco, F., Amaro, I., Costa, D., & Nunes, F. (2017). *Rendimento Adequado em Portugal Quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?.*

Reis, E. (2001). *Estatística multivariada aplicada* (2ª ed.). Edições Sílabo.

Rémillard-Boilard, S., Buffel, T., & Phillipson, C. (2021). Developing Age-Friendly Cities and Communities: Eleven Case Studies from around the World. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *18*(1), 133. https://doi.org/10.3390/ijerph18010133

Riley, M. W., & Riley, J. W. (1989). The Lives of Older People and Changing Social Roles, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 503, 14-28. http://www.jstor.org/stable/1047214

Rosa, M. J. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Relógio D'Água Editores

Sampaio, F., Nogueira, P., Ascenção, R., Henriques, A., & Costa, A. (2021). The epidemiology of falls in Portugal: An analysis of hospital admission data. *PLoS ONE,* 16(12). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0261456

Sander, M., Oxlund, B., Jespersen, A, Krasnik, A., Mortensen, E. L., Westendorp, R. G. J., & Rasmussen, L. J. (2015), The challenges of human population ageing. *Age and Ageing*, 44(2), 185-187. https://doi.org/10.1093/ageing/afu189

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2019). *Lisboa, Cidade de Todas as Idades*. Santa Casa Misericórdia de Lisboa

Sanz, M. F., Ferrer, J. G., Figueroa, C. V., Ferrandis, E. D., & Rigia, F. R. (2015). *Guidelines for coproducing age-friendly environments with older people*. AFE-INNOVNET

Satariano, W. A. & Maus, M. (2018). Aging, Health, and the Environment: An Ecological Model. In W. A. Satariano & M. Maus, *Aging, Place, and Health: A Global Perspective* (pp. 23-44). Jones & Bartlett Learning.

Schneider-Kamp, A. (2021). Health capital: toward a conceptual framework for understanding the construction of individual health. *Social Theory & Health,* 19(3), 205–219. https://doi.org/10.1057/s41285-020-00145-x

Staffen, M. R., & Arshakyan, M. (2017). Sobre o princípio da dignidade: fundamentos filosóficos e aspectos jurídicos. *Seqüência studos Jurídicos Políticos*, *38*(75), 43–62. https://doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n75p43

Starman, A. B. (2013). The Case Study as a Type of Qualitative Research. *Journal of Contemporary Educational Studies*, 1, 28–43.

Teixeira Fernandes, A. (2005). Processos e estratégias de envelhecimento. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15, 223-247

Therborn, G. (2006). *Inequalities of the world new theoretical frameworks: multiple empirical approaches.* Verso

Therborn, G. (2013). Three Kinds of (In)equality, and Their Production. *The Killing Fields of Inequality*. Polity Press, 48-67

United Nations (2002). *Political Declaration and Madrid International Plan of Action on Ageing.* Second World Assembly on Ageing.

United Nations (2019). *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. Department of Economic and Social Affairs.

United Nations (2020). *World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons.* Department of Economic and Social Affairs.

United Nations (2022). *World Population Prospects 2022: Summary of Results.* Department of Economic and Social Affairs.

United Nations Economic Commission for Europe (2021). *Orientações para a Integração do Envelhecimento*. Organização das Nações Unidas.

United Nations Human Settlements Programme (2022). *World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities*. UN-Habitat.

van Hoof, J., & Marston, H. R. (2021). Age-Friendly Cities and Communities: State of the Art and Future Perspectives. *International journal of environmental research and public health*, *18*(4), 1644. https://doi.org/10.3390/ijerph18041644

van Hoof, J., Marston, H.R., Kazak, J.K., & Buffel, T. (2021). Ten questions concerning age-friendly cities and communities and the built environment. *Building and Environment*, 199. https://doi.org/10.1016/j.buildenv.2021.107922

Velho, G. (1994). *Projecto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.* Jorge Zahar Editor.

Wahl, H. W., Iwarsson, S., & Oswald, F. (2012). Aging well and the environment: toward an integrative model and research agenda for the future. *The Gerontologist*, *52*(3), 306–316. https://doi.org/10.1093/geront/gnr154

World Health Organization (2002). *Active ageing: a policy framework*. World Health Organization.

World Health Organization (2007a). *Global Age-friendly Cities: A Guide.* World Health Organization.

World Health Organization (2007b). *WHO global report on falls prevention in older age*. World Health Organization.

World Health Organization (2015a). *World report on ageing and health*. World Health Organization.

World Health Organization (2015b). Measuring the age-friendliness of cities. A guide to using core indicators. Kobe, Japan: WHO.

World Health Organization (2017a). *Age-friendly environments in Europe: A handbook of domains for policy action*. World Health Organization - Regional Office for Europe

World Health Organization (2017b). *Global strategy and action plan on ageing and health*. World Health Organization.

World Health Organization (2018). *The global network for age-friendly cities and communities: looking back over the last decade, looking forward to the next*. World Health Organization.

World Health Organization (2020). *Decade of healthy ageing: baseline report*. World Health Organization.

World Health Organization (2023). *National programmes for age-friendly cities and communities: a guide.* World Health Organization.

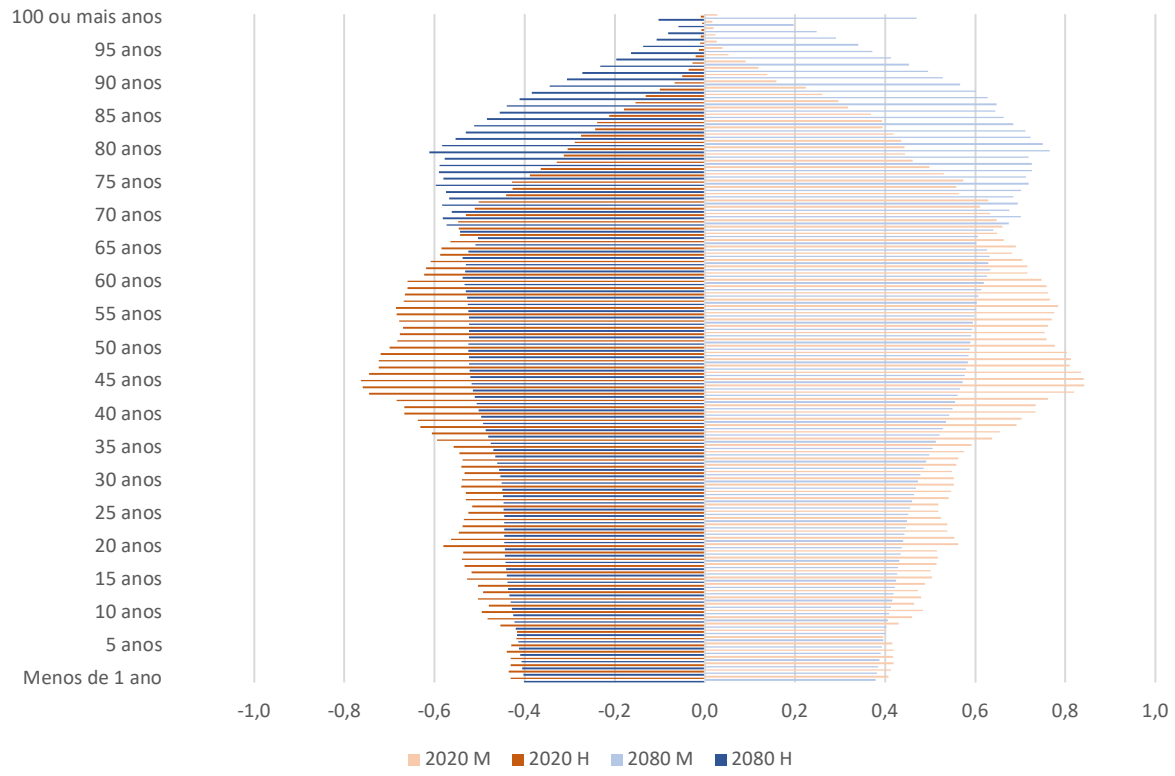
Yarker, S., & Buffel, T. (2022). Involving Socially Excluded Groups in Age-Friendly Programs: The Role of a Spatial Lens and Co-Production Approaches. Journal of Aging & Social Policy, 34(2), 254–274. https://doi.org/10.1080/08959420.2022.2049571

Yen, I. H., Fandel Flood, J., Thompson, H., Anderson, L. A., & Wong, G. (2014). How design of places promotes or inhibits mobility of older adults: realist synthesis of 20 years of research. *Journal of aging and health*, *26*(8), 1340–1372. https://doi.org/10.1177/0898264314527610

Anexos

Anexo A. Pirâmide Etária da População Portuguesa (2020-2080)

Figura A.1 Pirâmide etária da população portuguesa (% da população total), em 2020 e 2080



Fonte: INE, Projeções da população residente; pirâmide elaboração própria

Anexo B. Indicadores

Tabela B.1 Indicadores provisórios do capital dos indivíduos com 65 ou mais anos

Capital indivíduos (65+)	Dimensão	Indicadores
Capital económico	Classe social	Classe Social - EDL (%) Classe Social - PTE (%) Classe Social - TI (%) Classe Social - EE (%) Classe Social - OI (%) Classe Social - Inativos (%)
	Renda mensal	Renda mensal - < 100 euros Renda mensal - De 100-399,99 euros Renda mensal - > 400 euros
	Pensões de velhice	Valor médio anual das pensões de velhice (€)*
Capital cultural	Grau de escolaridade	Escolaridade - Nenhuma (%) Escolaridade - Ensino básico (%) Escolaridade - Ensino secundário (%) Escolaridade - Ensino superior (%)
Capital social	Agregados unipessoais	Proporção de pessoas com 65 ou mais anos a viverem sós (%)
	Estado Civil	Estado Civil - Solteiro (%) Estado Civil - Casado (%) Estado Civil - Viúvo (%) Estado Civil - Divorciado (%)
Capital de saúde	Longevidade	Índice longevidade (Nº)
	Expressão de dificuldades	Dificuldade - Visão (%) Dificuldade - Audição (%) Dificuldade - Andar ou subir degraus (%) Dificuldade - Memória ou concentração (%) Dificuldade - Tomar banho ou vestir-se sozinho (%) Dificuldade - Compreender ou fazer-se compreender (%)

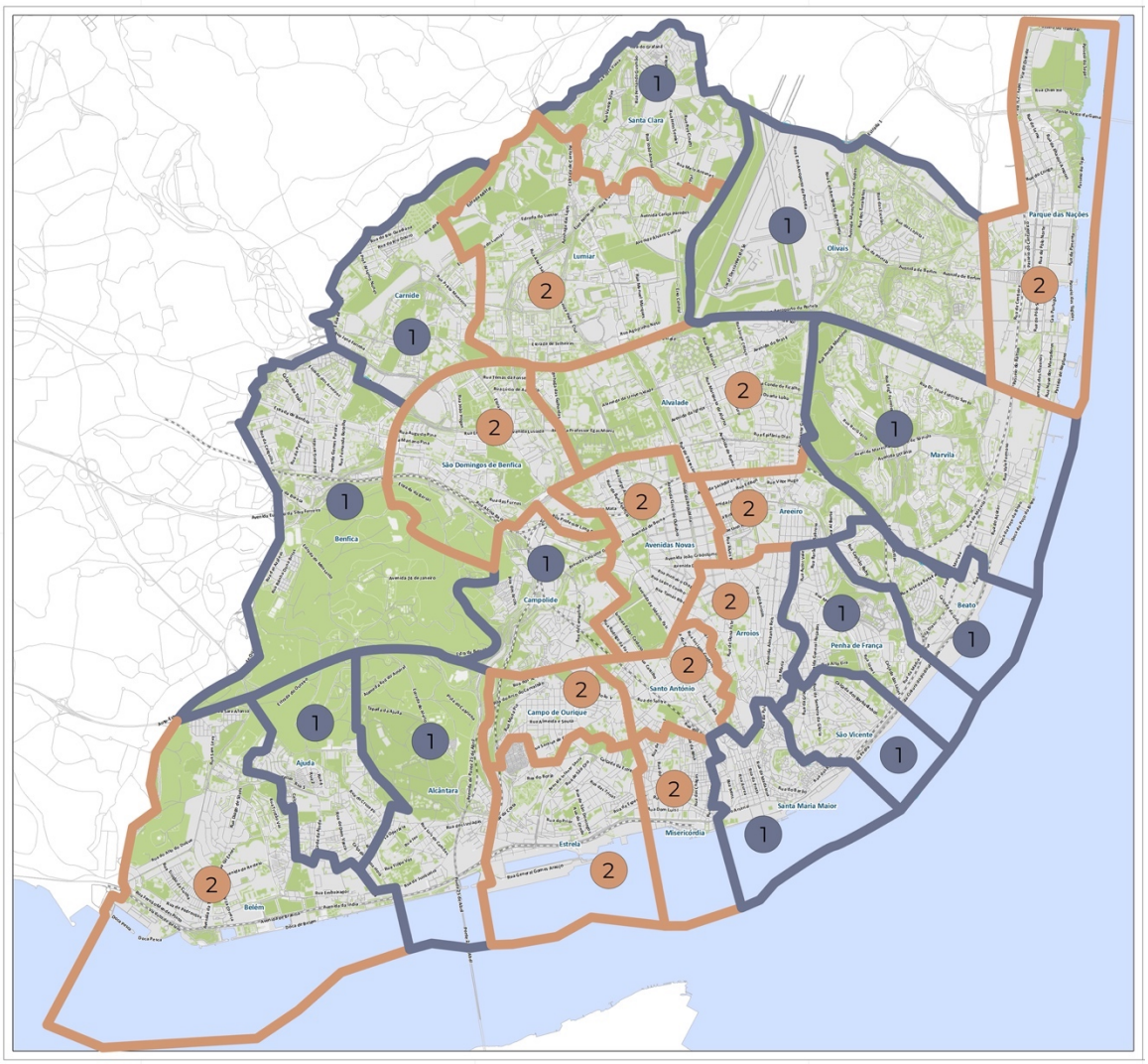
Tabela B.2 Indicadores provisórios dos contextos *age-friendly*

Contextos *age-friendly*	Dimensão	Indicadores
Espaços/edifícios exteriores e Habitação	Acessibilidade	Acessibilidade - cadeira de rodas (%)
	Estacionamento/garagem	Existência de estacionamento/garagem (%)
	Edifícios com elevador	Edifícios com elevador (%)
	Valor habitação	Valor médio mensal rendas (€)
	Habitação social	Fogos de habitação social (N.º)*
Transportes	Transportes públicos	Transportes públicos - Estações de metropolitano (N)* Transportes públicos - Estações comboio (N)*
	Acesso transportes públicos	População (65+) com acesso universal a transportes públicos gratuitos*
	Principal meio de transporte	A pé Automóvel ligeiro Transportes públicos Outro

Participação social/cultural, respeito e inclusão social	Museus	Museus em atividade (N.º)*
	Despesa em atividades culturais/criativas	Despesa total em atividades culturais/criativas (€)*
	Equipamentos e respostas sociais (TCCS)	Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) (TCCS)* Centros de dia (TCCS)* Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) - Idosos (TCCS)* Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI) (TCCS)* Lar Residencial (TCCS)*
	Universidades sénior	Universidades sénior (N.º)*
Participação cívica e emprego	Taxas de abstenção	Presidência (%)* Assembleia República (%)* Parlamento Europeu (%)* Câmaras Municipais (%)* Assembleias municipais (%)* Assembleias freguesias (%)*
	População ativa	População ativa com 65 ou mais anos (%)
Comunicação e informação	Acessos à Internet	Acessos à Internet em banda larga em local fixo (N.º)
	Publicações periódicas	Publicações periódicas (N.º)
Apoio comunitário e serviços de saúde	Hospitais	Hospitais (N)*
	Farmácias	Farmácias (N)*
Segurança	Criminalidade	Taxa de criminalidade (‰)*
	Bombeiros	Bombeiros (N.º)*

Anexo C. Distribuição das Freguesias do Concelho de Lisboa em *Clusters*

Figura C.1 Freguesias de Lisboa e a respetiva pertença a *clusters*[31]



Legenda:

1 – Cluster 1

2 – Cluster 2

[31] Imagem original disponibilizada pela CML

Anexo D. Seleção das Ruas para Observação Social Sistemática[32]

Ajuda

Figura D.1 Avenida da Universidade Técnica

Figura D.2 Rua do Casalinho da Ajuda

Figura D.3 Rua do Cruzeiro

[32] Imagens disponibilizadas pelo *Google Street View*

Figura D.4 Travessa Dom Vasco

Figura D.5 Calçada da Ajuda

Figura D.6 Rua da Bica do Marquês

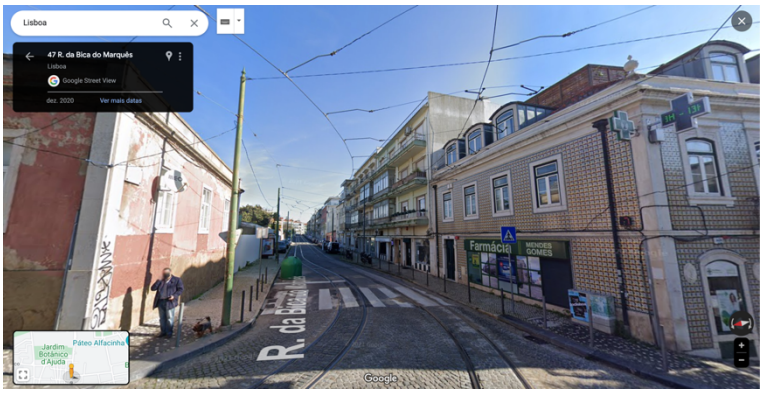


Figura D.7 Rua 24

Figura D.8 Travessa da Madressilva

Figura D.9 Rua das Açucenas

Figura D.10 Rua João de Castilho

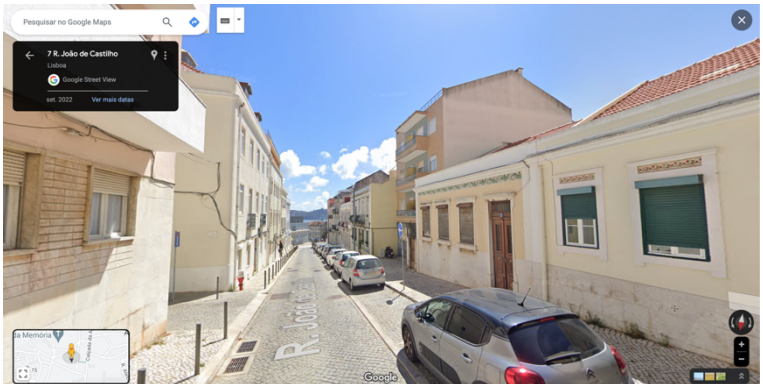


Figura D.11 Rua dos Marcos

Figura D.12 Rua Professor Cid dos Santos

Figura D.13 Rua Eduardo Bairrada

Figura D.14 Rua de Dom Vasco

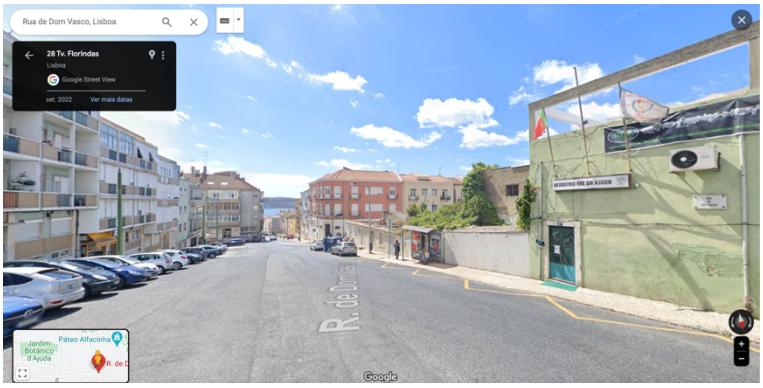


Figura D.15 Praça do Camarão

Figura D.16 Largo da Paz

Figura D.17 Beco do Viçoso

Figura D.18 Rua Cabo Manuel Leitão

Figura D.19 Rua Silva Porto

Figura D.20 Rua José Pinto Bastos

Alvalade

Figura D.21 Largo Frei Heitor Pinto

Figura D.22 Praça Andrade Caminha

Figura D.23 Rua Alberto de Oliveira

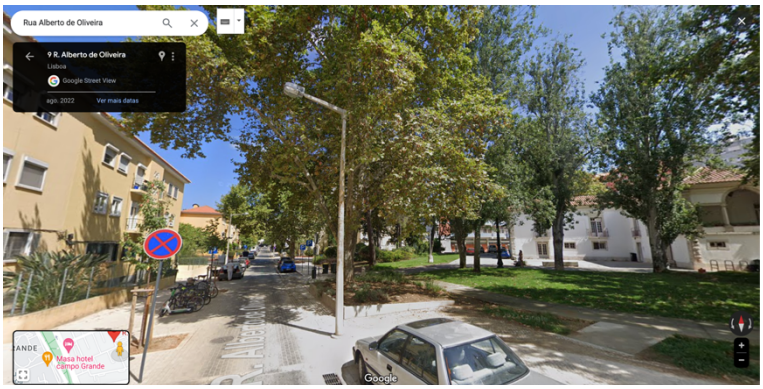


Figura D.24 Rua Reinaldo Ferreira

Figura D.25 Rua Francisco Franco

Figura D.26 Rua Violante do Céu

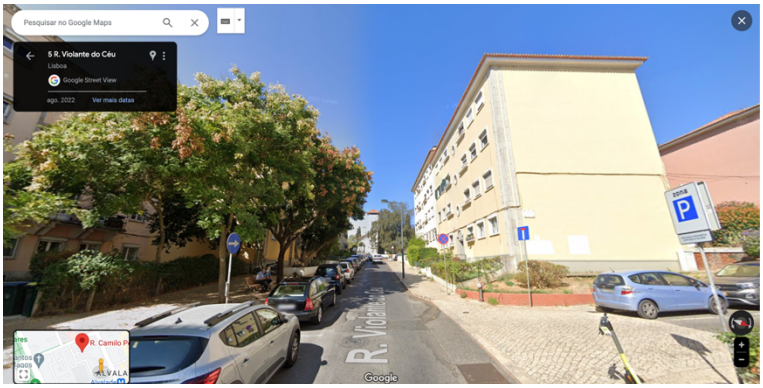


Figura D.27 Rua Branca Edmée Marques

Figura D.28 Estrada da Portela

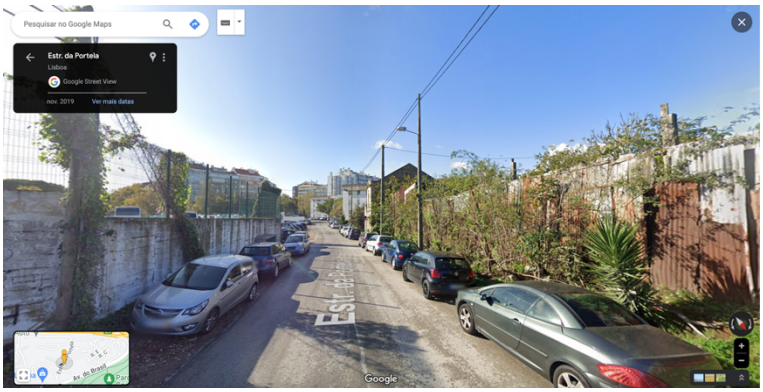


Figura D.29 Rua Antero de Figueiredo

Figura D.30 Rua José Duro

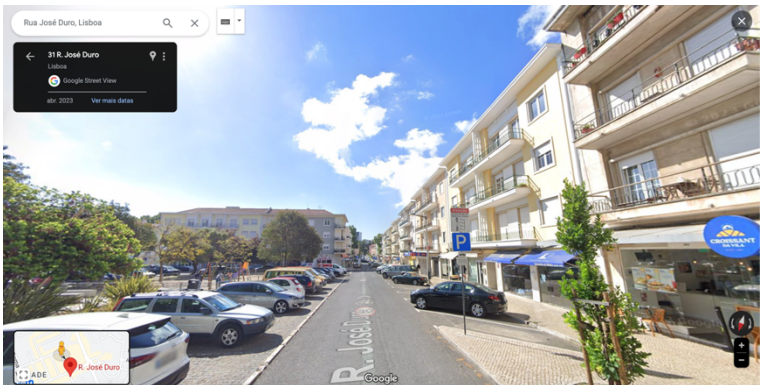


Figura D.31 Rua Infante Dom Pedro

Figura D.32 Avenida da Igreja

Figura D.33 Rua Eduardo de Noronha

Figura D.34 Rua Marquês de Soveral

Figura D.35 Rua João Saraiva

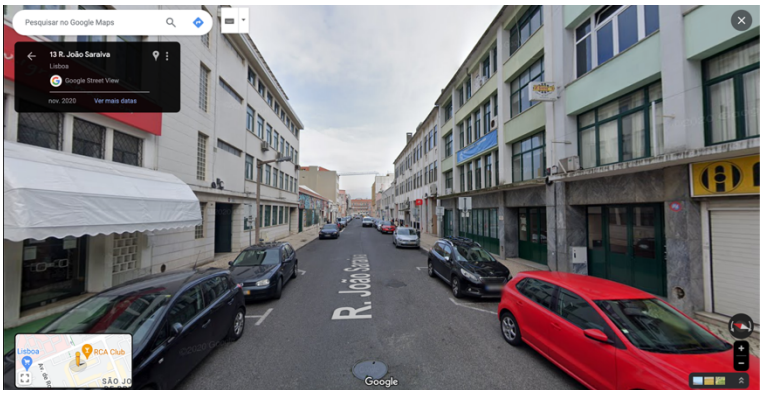


Figura D.36 Rua António Ferreira

Figura D.37 Rua Murtas

Figura D.38 Rua Joaquim Rocha Cabral

Figura D.39 Avenida Frei Miguel Contreiras

Figura D.40 Campo Grande

Anexo E. Cobertura das Ruas[33]

Figura E.1 Freguesias de Lisboa que constaram na observação social sistemática

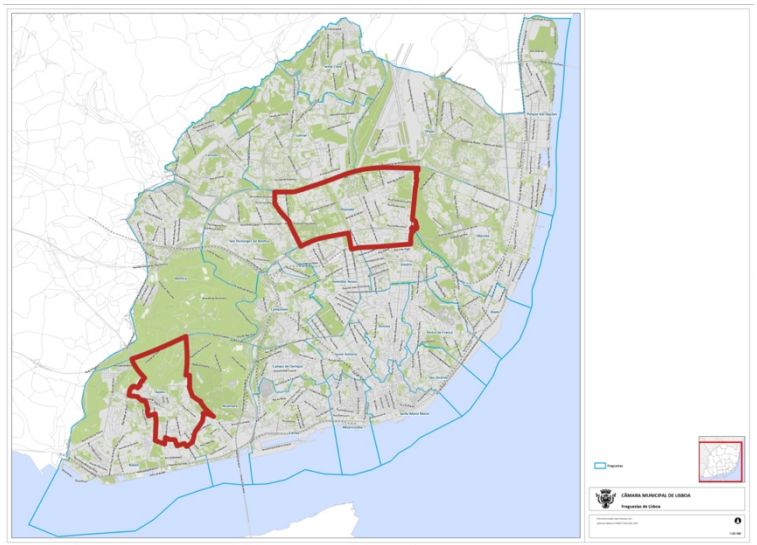
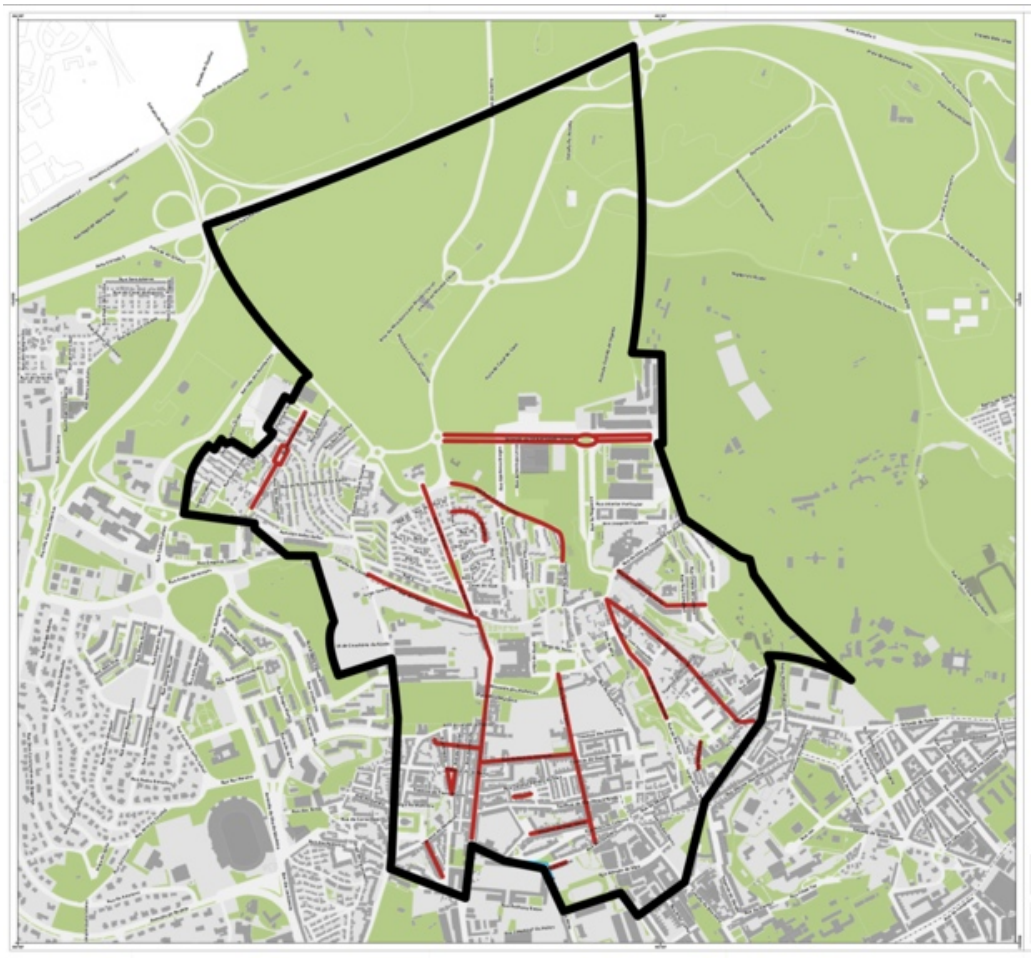
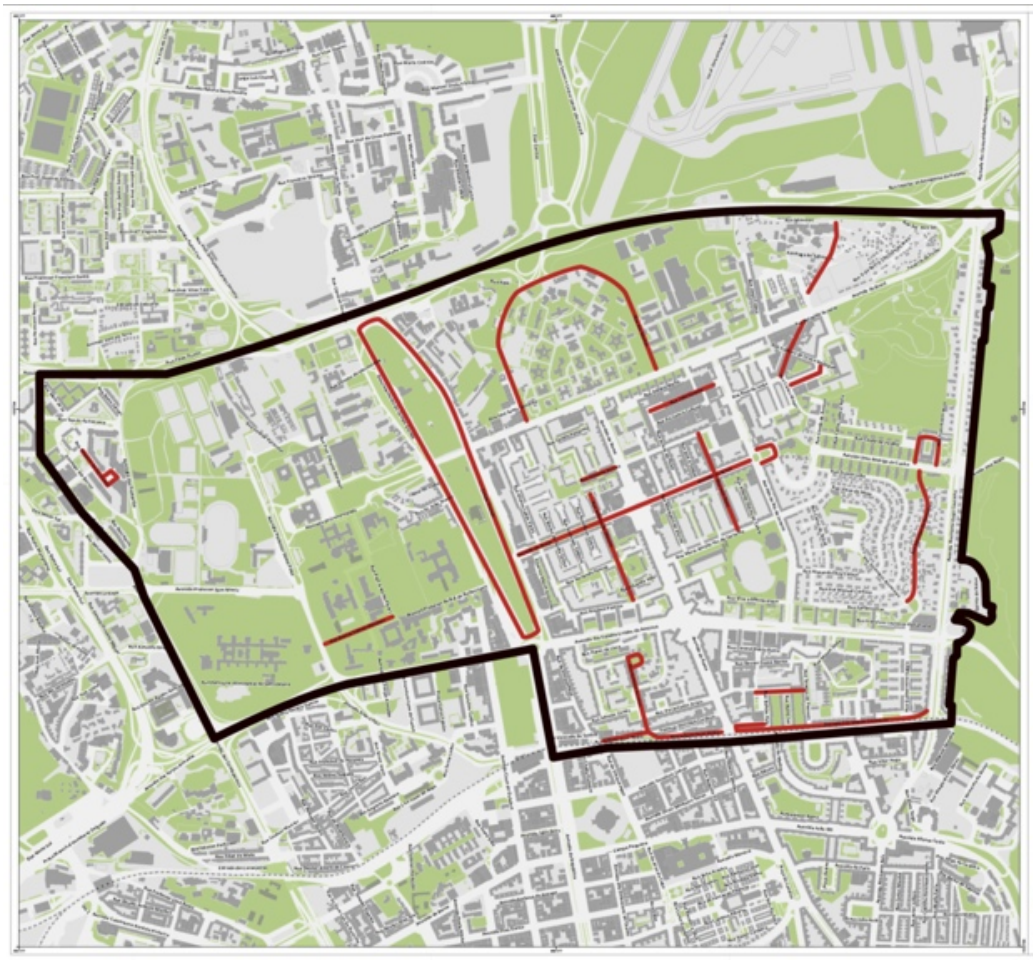


Figura E.2 Cobertura das ruas – freguesia da Ajuda



[33] Imagens originais disponibilizadas pela CML

Figura E.3 Cobertura das ruas – freguesia de Alvalade



Anexo F. Questionário de Observação Sistemática

1. IDENTIFICAÇÃO DA OBSERVAÇÃO

Data da observação

__/__/____

Hora da observação

__:__

1.1 Identificação do espaço (nome da rua, código-postal, freguesia)

1.2 ID da observação (número observação_freguesia_código postal | ex.: 1_alvalde_1700-344)

2. CARACTERÍSTICAS DA RUA

2.1 Padrão/tipo de rua

❍ Rua residencial

❍ Autoestrada/via rápida

❍ Espaços de estacionamento de viaturas

❍ Espaços públicos (de recreio, lazer, institucionais, etc.)

❍ Outro

2.2 Estado geral da rua (sujidade, deterioração, vandalismo, meio envolvente, inclinação)

❍ Bom

❍ Razoável

❍ Mau

❍ Em Construção

2.3 Existência de iluminação pública

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

2.3.1 Relação entre comprimento da rua e número de candeeiros presentes (comp/nº - ex.: 100m/3)

2.4 Existência de sombras na rua

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

2.5 Existência de arborização ou outra vegetação na rua

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

2.6 Existência de arte pública na rua

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

2.7 Existência de medidas de acalmia visível (lombas, passadeiras, sinais escola/limite velocidade, ciclovias, etc.)

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

2.7.1 Existência das seguintes medidas de acalmia

	Visível	Não visível
Sinais de limite de velocidade		
Sinais que limitam o tipo de tráfego (ex. proibida passagem de camiões)		
Passadeira ou sinais de sinalização para passagem de peões (ex. escolas)		
Ciclovias (sinalização ou marcadores)		
Lombas redutoras da velocidade ou outros pavimentos de acalmia		

3. CARACTERÍSTICAS DOS ESPAÇOS DE CIRCULAÇÃO PEDONAL

3.1 Estado dos espaços de circulação pedonal (passeios, escadas, rampas, outros – buracos, fissuras, irregularidades ou partes desniveladas)

❍ **Bom**

❍ **Razoável**

❍ **Mau**

❍ **Em construção**

❍ **Nenhum espaço de circulação pedonal presente ou mal delimitado**

3.2 Largura do passeio (observar situação dominante)

❍ **Bom** (largo – 2,25m ou mais, com mobilidade/circulação fluída total)

❍ **Razoável** (tamanho intermédio – 0,9-2,25m, com possibilidade de mobilidade/circulação)

❍ **Mau** (estreito – 0,9m ou menos, com difícil mobilidade/circulação)

3.3 Material de pavimento do passeio (observar situação dominante)

❍ **Calçada** (vidraço, mista, portuguesa)

❍ **Calçada** (estrada/granito) **ou alcatrão**

❍ **Pavimento lajeado** (calcário, granito, betão)

❍ **Pavimento em blocos** (granito, betão)

❍ **Pavimento *in Situ***

❍ **Outro**

3.4 Existência de obstáculos no passeio que prejudicam/dificultam/impedem a circulação de pessoas (árvores, sinalização, estacionamentos, carros, caixas eletricidade, outros)

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

3.5 Registo de ressalto zero (rebaixamento parcial/ total do passeio ou sobrelevação das passadeiras de peões)

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

4. SINAIS DE DESORDEM

4.1 Existência de lixo, resíduos, entre outros, na estrada/passeio ou espaço público

1❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍10

1- Nenhum | 10- Em grande escala

4.2 Existência de carros abandonados, carros com vidros partidos e/ou carros em estado de degradação

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

4.3 Existência de edifícios, sinais, placas ou paredes vandalizados

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

4.4 Existência de placas/sinais ilegíveis por se encontrarem vandalizadas ou desvanecidas

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

5. MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO URBANO

5.1 Existência de mobiliário e equipamento urbano

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

5.5.1 Presença específica de mobiliário e equipamento urbano no espaço

	Sim	Não
Abrigos e paragens de transportes públicos		
Suportes para estacionamentos de bicicletas		
Pilaretes e guarda-corpos		
Bancos, cadeiras e mesas		
Esplanadas		
Bancas (quiosques)		
Quiosques		
Sanitários		
Mobiliário urbano para informação e painéis publicitários		
Contentores/ Resíduos urbanos		
Ecopontos e Vidrões		
Papeleiras (caixotes do lixo)		
Hidrantes		
Equipamentos de desporto ao ar livre		
Bebedouros		

5.2 Existência de ciclovia ou um sinal/placa que indique a presença de uma ciclovia

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

5.3 Existência de estações de transportes públicos (metro/comboio/autocarro)

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

5.3.1 Classificação geral do estado das estações de transportes públicos

1❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

6. USOS DO ESPAÇO

6.1 Utilização do espaço (com base na fachada da rua)

	Sim	Não
Residencial		
Comercial/Empresarial		
Industrial/Armazém		
Lotes baldios ou espaço aberto		
Institucional (escolas, igrejas, etc.)		
Instalações recreativas, parques ou parques infantis		

7. ESPAÇOS RESIDENCIAIS

7.1 Existência de habitações/espaços residenciais

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

7.1.1 Tipos de habitação

	Sim	Não
Moradias (isoladas e germinadas)		
Mansões		
Prédios (até 4 pisos)		
Prédios (5 ou mais pisos)		
Barracas		
Outros		

7.2 Existência de habitações com barras/grades nas portas ou janelas

❍ Sim ❍ Não

7.3 Existência de habitações que parecem estar queimadas, vedadas ou abandonadas

❍ Sim ❍ Não

7.4 Existência de habitações cujas varandas estão mal conservadas

❍ Sim ❍ Não

7.5 Classificação geral do estado da maioria das habitações

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

7.6 Classificação geral do estado da maioria dos jardins residenciais das fachadas da rua

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

7.7 Existência de jardins residenciais que pareçam ter medidas de segurança, tais como arame farpado ou vidros partidos inseridos nos muros

❍ Sim ❍ Não ❍ Não são visíveis jardins residenciais

7.8 Existência de habitações (%) com acesso de automóveis privado?

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- 0% (nenhuma habitação) da rua | 10- 100% (todas habitações) da rua

8. ESTRUTURAS INSTITUCIONAIS, COMERCIAIS E SERVIÇOS

8.1 Existência de instituições/ serviços/comércio

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

8.1.1 Existência de instituições/ serviços

	Sim	Não
Igrejas		
Centros sociais, comunitários e de lazer		
Escolas		
Serviços de saúde		
Esquadras ou quartéis de bombeiros		
Postos de correio (CTT)		
Associações/Instituições		

8.1.2 Existência de comércio

	Sim	Não
Mercados (alimentos frescos)		

Mercearias locais		
Super e hipermercados		
Talhos e Peixarias		
Estabelecimentos de Fast Food/Take away		
Restaurantes		
Cafés/Pastelarias/Bares		
Cabeleireiros		
Boutiques, comércio local, lojas independentes		
Loja “dos 300”		
Bombas de gasolina/ lavagem de carros		
Bancos e multibancos		

8.2 Tipo de cafés locais visíveis

❍ Café-bar ao abandono/degradado

❍ Café-bar “de bairro”

❍ Estabelecimentos de franchising/alta gama/sofisticados

❍ Não são visíveis cafés-bares

8.3 Existência de estabelecimentos comerciais/industriais com barras/grades em portas/ janelas/na frente da propriedade

❍ Sim ❍ Não ❍ Não são visíveis estabelecimentos comerciais

8.4 Existência de estabelecimentos comerciais/industriais com ar queimado, vedado ou abandonado

❍ Sim ❍ Não ❍ Não são visíveis estabelecimentos comerciais

8.5 Classificação geral do estado da maioria dos estabelecimentos comerciais/ industriais

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

9. ESPAÇOS RECREATIVOS

9.1 Existência de espaços ou equipamentos recreativos

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

9.1.1 Existência de espaços ou equipamentos recreativos

	Sim	Não
Parques/jardins		
Parques infantis		
Mesas e bancos exteriores		
Trilhos para caminhadas e ciclovias		
Campos e bancadas de desporto		
Ginásios, polidesportivos e piscinas		
Centros recreativos		
Bibliotecas		
Espaços artístico-culturais		

9.2 Classificação geral do estado dos espaços e equipamentos recreativos

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

10. ESPAÇOS ABERTOS/BALDIOS

10.1 Existência de espaços abertos/baldios

❍ Sim ❍ Não ❍ Não é possível avaliar

10.2 Classificação geral das condições de espaços abertos/baldios

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito mau estado/muito deterioradas | 10- Muito bom estado/ muito boas condições de conservação

11. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO POR PESSOAS

11.1 Registo de pessoas

❍ Sim ❍ Não

11.2 Registo de pessoas mais velhas

❍ Sim ❍ Não

11.3 Registo de grupos de pessoas

❍ Sim ❍ Não

11.4 Atividades das pessoas registadas na rua

	Sim	Não
A caminhar para determinado destino		
À frente de casa		
À frente de um estabelecimento		
À espera de transportes públicos		
A praticar exercício físico		
A conviver		

12. ESTADO GERAL/AVALIAÇÃO DA RUA

12.1 Classificação de perceção de grau de segurança da rua

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Definitivamente inseguro | 10- Definitivamente seguro

12.2 Classificação da qualidade da maioria dos carros visíveis na rua

1 ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ ❍ 10

1- Muito baixa | 10- Muito alta

12.3 Caracterização da rua

❍ Heterogénea

❍ Riqueza/prosperidade

❍ Conforto financeiro

❍ Meios moderados

❍ Pobreza

❍ Não é possível avaliar

12.4 Comentário sobre o estado geral da rua e/ou qual a sua adequabilidade para famílias e pessoas mais velhas.

13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13.1 Clima presente nas imagens do Google Street View

❍ Claro e solarengo

❍ Solarengo com nuvens

❍ Nublado

❍ Incapaz de avaliar

13.2 Hora aparente das imagens do Google Street View

❍ Manhã

❍ Tarde

❍ Noite

❍ Incapaz de avaliar

13.3 Registo de algum tipo de inconsistência nas imagens do Google Street View (Por exemplo, imagens de vários pontos do tempo unidas, porções em falta no segmento da rua)

❍ Sim ❍ Não

13.3.1. Tipo de inconsistências

Clique no botão FIM para submeter a sua resposta e ser redirecionado para o início.

FIM

Anexo G. Medidas de Discriminação das Variáveis da ACM

Tabela G.1 Medidas de discriminação das variáveis da ACM e respetivas dimensões

Discrimination Measures

	Dimensão		Média
	1	2	
Q2.7 'Existência de medidas de acalmia visível (lombas, passadeiras, sinais escola/limite velocidade, ciclovias, etc.)'.	0,217	0,321	0,269
Q3.1 'Estado geral dos espaços de circulação pedonal (passeios, escadas, rampas, outros – buracos, fissuras, irregularidades ou partes desniveladas)'.	0,565	0,105	0,335
Q3.2 'Largura do passeio (situação dominante)'.	0,524	0,087	0,306
NQ3.3 'Material de pavimento do passeio (situação dominante)'.	0,399	0,002	0,201
Q3.5 'Registo de ressalto zero (rebaixamento parcial/total do passeio ou sobrelevação das passadeiras de peões)'.	0,271	0,038	0,155
Q2.3 'Existência de iluminação pública'.	0,002	0,164	0,083
Q2.4 'Existência de sombras na rua'.	0,004	0,069	0,037
Q2.5 'Existência de arborização ou outra vegetação na rua'.	0,422	0,028	0,225
Q2.6 'Existência de arte pública na rua'.	0,124	0,278	0,201
Q2.2 'Estado geral da rua (sujidade, deterioração, vandalismo, meio envolvente, inclinação)'.	0,807	0,392	0,599
Q7.3 'Existência de habitações que parecem estar queimadas, vedadas ou abandonadas'.	0,377	0,083	0,230
NQ7.5 'Classificação geral do estado da maioria das habitações'.	0,442	0,367	0,405
NQ5.1.1 'Existência de equipamentos urbanos (repouso, lazer e bem-estar)'.	0,444	0,155	0,299
NQ5.1.10 'Existência de equipamentos urbanos (higiene pública)'.	0,773	0,108	0,440
NQ8.1.1 'Existência de instituições/serviços'.	0,400	0,248	0,324
NQ8.1.8 'Existência de comércio'.	0,211	0,464	0,338
NQ9.1.1 'Existência de espaços ou equipamentos recreativos exteriores'.	0,223	0,025	0,124
NQ9.1.5 'Existência de espaços ou equipamentos culturais e desportivos'.	0,051	0,041	0,046
Q11.2 'Registo de pessoas mais velhas'.	0,005	0,298	0,151
NQ12.3 'Caracterização da rua'.	0,684	0,417	0,551
NQ8.5 'Classificação geral do estado da maioria dos estabelecimentos comerciais'.	0,343	0,357	0,350
NQ9.2 'Classificação geral do estado dos espaços e equipamentos recreativos'.	0,136	0,292	0,214
Freguesias[a]	0,326	0,008	0,167
Active Total	7,422	4,338	5,880

a. Supplementary variable.

Anexo H. *Age-Friendliness* dos Territórios de Lisboa

Tabela H.1 Cruzamento dos *clusters* com a dimensão dos espaços, edifícios exteriores e habitação

		Cadeira de rodas (%)	Estacionamento/ garagem (%)	Edifícios com elevador (%)	Valor médio mensal rendas (€)
Cluster	**1**	26	20,7	18,9	363
	2	29,6	31	31,7	581,5

Tabela H.2 Cruzamento dos *clusters* com a dimensão dos transportes

		Estações metro (Nº)	Estações comboio (Nº)	Transportes públicos gratuitos 65+ (%)
Cluster	**1**	18	7	100
	Média freguesia por cluster	1,5	0,6	
	2	27	9	100
	Média freguesia por cluster	2,3	0,8	

Tabela H.3 Cruzamento dos *clusters* com a dimensão de participação social/cultural, respeito e inclusão social

		Museus (Nº)	ERPI (Nº)	Centros de dia e de convívio (Nº)	SAD (Nº)	Universidades sénior (Nº)
Cluster	**1**	32	37	46	41	7
	Média freguesia por *cluster*	2,7	3,1	3,8	3,4	0,6
	2	46	73	36	62	17
	Média freguesia por *cluster*	3,8	6,1	3,0	5,2	1,4

Tabela H.4 Cruzamento dos *clusters* com a dimensão de participação cívica e emprego

		Taxa abstenção Legislativas 2024 (%)	População ativa 65+ (%)
Cluster	**1**	34,1	6,4
	2	27,6	10,2

Tabela H.5 Cruzamento dos *clusters* com a dimensão de apoio comunitário e serviços de saúde

		Hospitais (Nº)	Centros de Saúde e USF (Nº)
Cluster	**1**	5	28
	Média freguesia por *cluster*	0,4	2,3
	2	22	26
	Média freguesia por *cluster*	1,8	2,2